



Luiza Guerra de Miranda

**Um lugar para chamar de seu:
O refúgio imaginado na
literatura infantil e juvenil**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras da PUC-Rio como requisito para obtenção do grau de Mestre em Literatura, Cultura e Contemporaneidade.

Orientadora: Prof.^a Rosana Kohl Bines

Rio de Janeiro
Julho de 2020



Luiza Guerra de Miranda

**Um lugar para chamar de seu:
O refúgio imaginado na Literatura Infantil e
Juvenil**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Rosana Kohl Bines

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Liana de Andrade Biar

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Margareth Silva de Mattos

UFF

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Luiza Guerra de Miranda

Licenciada em Português/Literatura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Especialista em Literatura Infantojuvenil pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Ficha Catalográfica

Miranda, Luiza Guerra de

Um lugar para chamar de seu : o refúgio imaginado na literatura infantil e juvenil / Luiza Guerra de Miranda ; orientadora: Rosana Kohl Bines. – 2020.

88 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2020.

Inclui bibliografia

1. Letras - Teses. 2. Literatura infantil e juvenil. 3. Mercado editorial. 4. Refúgio. 5. Refugiados. I. Bines, Rosana Kohl. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 800

Para Miguel, estrangeiro dentro de mim.

Agradecimentos

À minha família, em especial minha mãe, que nunca mediu esforços para realizar os sonhos dos seus filhos. Que sempre nos colocou à frente das suas vontades, dando exemplo de força, coragem e determinação. Pessoa que fez tudo que estava ao seu alcance, e mais um pouco, para mostrar o quanto a educação é fundamental. Sua luta me faz lutar também, sua determinação me faz ser determinada, seu sonho de ver os filhos com uma educação de qualidade, me faz sempre querer ir além.

À Rosana, minha orientadora, que desde o início desta trajetória me instigou e estimulou caminhos possíveis. Sou e serei eternamente grata por cada conselho, cada fala, cada incentivo. Você se faz presente em cada palavra, em cada rumo que esta dissertação tomou. Nada seria possível se não fosse você. Você me inspira como mulher e profissional. Sua delicadeza e força de vontade me fizeram chegar mais longe. E só posso dizer que cheguei até aqui porque tive você ao meu lado.

Às professoras que integraram a banca – Margareth Matos, Liana Biar e Maria Cristina Ribas (suplente) –, a minha gratidão pela leitura atenta e por cada sugestão de melhoria.

Aos colegas de mestrado, pela parceria durante estes dois anos – e um pouco mais. Em especial a Bianca Bruel, Luciana Conti e Marcella Granatiere, que me ouviram, me acalentaram, não deixaram minhas expectativas e esperança baixarem. A força de vocês foi fundamental.

Aos companheiros do grupo de orientandos, que permitiram discussões e relações saudáveis, fontes de energia para prosseguir com nossos objetivos.

Aos alunos da graduação de Letras da Puc-Rio, junto a quem tive a oportunidade de ministrar algumas aulas e acompanhar outras no estágio docência. Cada troca foi extremamente valiosa.

À Capes e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Enfim, o sentimento que resume tudo é gratidão, a tudo que vivi e a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Resumo

Miranda, Luiza Guerra de; Bines, Rosana Kohl. **Um lugar para chamar de seu: o refúgio imaginado na literatura infantil e juvenil**. Rio de Janeiro, 2020. 88p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Os refugiados adquiriram especial relevo no século XX e ao longo do presente século, uma vez que não havia, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um número tão elevado de solicitantes de refúgio e refugiados no mundo. Nos últimos anos, como resultado da atenção sobre os fenômenos migratórios e sobre o seu impacto social e cultural, cresce a presença da temática em livros para crianças e jovens. Há um investimento simbólico no sentido de fazer crianças e jovens refletir sobre a crise. É a partir dessa perspectiva que surge o interesse em analisar obras literárias que abram caminhos para conhecer a situação dos refugiados. Afinal, a visão da literatura como veículo de compreensão cultural do mundo sempre foi um valor muito presente no campo da Literatura Infantil e Juvenil. Esta dissertação analisa cinco obras literárias: *Migrando* (2015), de Mariana Chiesa Mateos; *Para onde vamos* (2016), de Jairo Buitrago e ilustrado por Rafael Yockteng; *O cometa é um sol que não deu certo* (2017), de Tadeu Sarmiento e ilustrado por Apo Fousek; *A menina que abraça o vento* (2018), de Fernanda Paraguassu e ilustrado por Suryara Bernardi, e *Refugiados* (2019), de Alan Gratz. Considerando a necessidade de se olhar para a questão dos refugiados como um desafio contemporâneo, esta dissertação tem o objetivo geral de refletir sobre a construção imaginária da criança refugiada nas obras de Literatura Infantil e Juvenil que compõem o *corpus*, sobre as experiências desestabilizadoras desses personagens, e problematizar as questões sociais existentes. E tem como objetivo específico contribuir para uma nova leitura sobre as narrativas do *corpus*, expandindo suas possibilidades interpretativas.

Palavras-chave:

literatura infantil e juvenil; mercado editorial; refúgio; refugiados.

Abstract

Miranda, Luiza Guerra de; Bines, Rosana Kohl (Advisor). **A place to call home: the imaginary construction of refuge in the works of children's and youth literature.** Rio de Janeiro, 2020. 88p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

From the 20th century onwards, challenges faced by refugee populations have become increasingly well known. Indeed, since the end of World War II, there have never been so many refugees or asylum seekers around the world. As a result of the careful attention now devoted to migratory phenomena and to their social and cultural impact, recent years have seen a surge in the presence of such themes in children's and youth literature — segments which have historically viewed literature as an instrument to culturally apprehend the world. In contemporary times, a symbolic effort is repeatedly made to encourage children and youth to reflect on the crisis; moreover, there is a growing interest in analysing literary works which may raise awareness about the material conditions of refuge. In light of this panorama, this dissertation analyses five literary works: *Migrando* (2015), by Mariana Chiesa Mateos; *Para onde vamos* (2016), written by Jairo Buitrago and illustrated by Rafael Yockteng; *O cometa é um sol que não deu certo* (2017), written by Tadeu Sarmiento and illustrated by Apo Fousek; *A menina que abraça o vento* (2018), written by Fernanda Paraguassu and illustrated by Suryara Bernardi; and *Refugiados* (2019), by Alan Gratz. As it acknowledges the contemporary relevance of refuge-related issues, our study reflects on the imaginary construction of the refugee child in the works of children's and youth literature which compose our corpus. In particular, we wish to discuss the de-stabilizing experiences undergone by the characters and to critically approach the social issues which frame and inform the narratives. Finally, we aim to advance a new reading of the narratives in focus and to broaden their interpretive possibilities.

Keywords:

children's and youth literature; publishing market; refuge; refugees.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFÚGIO E INFÂNCIA	18
2.1 O refúgio em números	19
2.2 Migração infantil	21
2.3 A vulnerabilidade das crianças migrantes	23
2.4 A imagem da criança refugiada	27
2.5 Modos de olhar o outro em situação de refúgio	30
3 LITERATURA INFANTIL E JUVENIL E O REFÚGIO	33
3.1 Literatura para crianças	34
3.2 Temas polêmicos nas obras infantis e juvenis	36
3.3 A produção de livros para crianças e jovens	39
3.4 Uma literatura que acolhe	43
4 ANÁLISE DAS OBRAS	48
4.1 Para onde vamos	48
4.2 Migrando	54
4.3 O sol é um cometa que não deu certo	60
4.4 A menina que abraça o vento	66
4.5 Refugiados	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pai e filha escapam da ação dos policiais	51
Figura 2 - Pessoas vivendo próximo a linha do trem	52
Figura 3 - Paralelo entre duas situações de refugiados	59
Figura 4 - Vista de cima da fila de refugiados	64
Figura 5 - Apresentação da protagonista	68
Figura 6 - Representação do sotaque da protagonista	69
Figura 7 - Capa do livro	74

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas

CDC – Convenção sobre Direitos da Criança

INL – Instituto Nacional do Livro

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONU – Organização das Nações Unidas

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

*Muitas pessoas pequenas, em lugares pequenos, fazendo coisas
pequenas, podem mudar o mundo.*
Eduardo Galeano

1 INTRODUÇÃO

“E se as histórias para as crianças passassem a ser
leitura obrigatória para os adultos?
Seriam eles capazes de aprender realmente o que
há tanto tempo têm andado a ensinar?”
(José Saramago)

Os questionamentos que trago nesta epígrafe aparecem no livro *A maior flor do mundo*, de José Saramago. Por ser editora de livros para crianças e jovens, escuto constantemente a intenção dos autores com determinadas histórias. E também escuto sobre a dificuldade de escrever uma história que agrade e que faça sucesso. O narrador de Saramago enfrenta os mesmos problemas, relatando a dificuldade de ser um escritor de livro infantil, porque gostaria de escrever a melhor história do mundo.

Dentro desse dilema é imprescindível refletir sobre quais histórias são oferecidas às crianças e como são lidas. Pensar, também, em *como* devemos contar e não *se* devemos contar. Esses questionamentos devem ser ponderados, pois, na maioria das vezes, as histórias são escritas por adultos para crianças. E, segundo Benjamin (2012, p. 55); “a criança exige do adulto uma representação clara e compreensível, mas não ‘infantil’. Muito menos aquilo que o adulto costuma considerar como tal.”.

Porém, contrariando essa expectativa, durante muitos séculos, as histórias infantis foram escritas para atender aos interesses dos adultos ou às ideologias dominantes. As fábulas e os contos, por exemplo, foram muito usados como uma espécie de cartilha comportamental.

A literatura proporciona à criança um desenvolvimento emocional, social e cognitivo indiscutíveis. Segundo Abramovich (1999), quando as crianças ouvem histórias, passam a visualizar de forma mais clara sentimentos que têm em relação ao mundo. As histórias trabalham problemas típicos da infância, como medos, questões existenciais, dor, perda, além de ensinarem diversos assuntos, com informações históricas, geográficas, culturais.

Nos últimos anos, como resultado da atenção crescente despertada pelos fenômenos migratórios e seu impacto social e cultural, foi notório o aumento da presença da temática em livros para crianças e jovens – também em exposições,

filmes, peças de teatro e documentários. Há um investimento simbólico no sentido de fazer crianças e jovens refletirem sobre a crise. Afinal “a criança compreende perfeitamente coisas sérias, mesmo as mais abstratas e pesadas, desde que partam honesta e espontaneamente do coração.” (Benjamin, 2012, p. 256). E a ficção oferece um espaço seguro para acolher experiências difíceis e ressignificar condições adversas.

Os refugiados adquiriram especial relevo no século XX e ao longo do presente século, uma vez que não havia, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um número tão elevado de solicitantes de refúgio e refugiados no mundo. A migração internacional vem apresentando dados alarmantes: em 2018, foram 70,8 milhões de indivíduos deslocados, segundo o relatório *Global Trends*, divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2016a). Batendo, assim, um novo recorde pelo quinto ano consecutivo. Dentre esses, a quantidade que mais aumenta é a de crianças e jovens, muitos percorrendo o caminho sozinhos, desacompanhados – contabilizando, atualmente, mais da metade dos refugiados no mundo.

Diante desta realidade, a escolha do tema desta dissertação se justifica pelo grande número de publicações que encontramos recentemente sobre o assunto para o público infantil e juvenil¹. É a partir dessa perspectiva que surge o interesse em analisar obras literárias que abram caminhos para conhecer a situação dos refugiados. Afinal, a visão da literatura como veículo de compreensão cultural do mundo sempre foi um valor muito presente no campo da literatura infantil e juvenil.

Peter Hunt (2010), crítico literário britânico, acredita que se os livros não fizerem menção às questões e dificuldades do mundo real, de alguma maneira estarão sendo desonestos com esse leitor. Isto porque, as dificuldades fazem parte de todas as etapas da vida, excluí-las do universo infantil ou subestimar seu entendimento para esse público simboliza nossa incapacidade de ajudá-lo.

¹ As denominações de literatura infantil, literatura juvenil e infanto-juvenil acabam por apresentar controvérsias e dificuldades de conceituação teórica. De acordo com Maria Zaira Turchi (2008), se em algumas obras é possível demarcar com nitidez os territórios do infantil e do juvenil pelas características da obra, em outras há um espaço de intersecção que faz desaparecer as linhas fronteiriças e englobar a obra num ambíguo infantojuvenil, denominação também legitimada pela crítica, pela história e pela teoria. O conceito de literatura para crianças e jovens é pensado nesta dissertação como construto histórico, com configurações do gênero inseridas numa estética que contempla a produção e o leitor inseridos num contexto histórico, social e cultural.

Ciente dessa necessidade de discutir o assunto, o mercado de literatura infantil e juvenil tem cada vez mais publicado histórias de deslocamento envolvendo crianças. Em entrevista ao *Estadão*, Márcia Leite, escritora, educadora e diretora da editora Pulo do Gato, preocupada sempre em publicar livros com temáticas sociais, argumenta sobre a questão:

As crianças precisam de livros que permitam interlocuções sobre temas que as rondam direta ou indiretamente e sobre os quais têm curiosidade ou necessidade de diálogo. (...) Sabemos que não é possível apagar o que foi vivido nem na vida dos adultos nem na das crianças. Mas, algumas vezes, as páginas dolorosas da vida podem receber algum conforto de forma indireta pela literatura. (Leite, 2017, texto eletrônico apud Rodrigues, 2017, texto eletrônico).

Corroborando com a fala da escritora, entendemos que a literatura é um terreno fértil e valioso para criar um espaço de acolhimento, capaz de confortar os que vivem ou viveram uma situação forçada de deslocamento, e também de conectar aqueles que não conhecem tão bem a realidade retratada.

A antropóloga francesa Michèle Petit acredita que:

(...) livros são moradas emprestadas onde é possível se sentir protegido e sonhar com outros futuros, elaborar uma distância, mudar de ponto de vista. Para além do caráter envolvente, protetor, habitável da leitura; uma transformação das emoções e dos sentimentos, uma elaboração simbólica da experiência vivida torna-se, em certas condições, possível. (Petit, 2009, p. 283).

Lygia Bojunga (2007) faz uma analogia semelhante à de Petit, sobre o livro ser morada. Pensada originalmente para o Dia Internacional do Livro Infantil e Juvenil, a mensagem de Bojunga compara o livro a uma casa, de onde ela passou a ver o mundo. Lá ela construía e desconstruía, tal qual o livro fosse tijolo ou escada. Com ele formava iglu, cabana, palácio, arranha-céu. O livro deu tudo o que ela precisava, até que ela passou a fabricar tijolo para em algum lugar uma criança juntar com outros, e levantar a casa onde ela vai morar.

A literatura também é capaz de ser morada e representatividade para os refugiados – mesmo sabendo que dificilmente o público leitor desses livros será uma criança em situação de refúgio, já que na maior parte das vezes é preciso deixar tudo para trás e, quando encontram abrigo, é de forma precária. Além disso, pode

ser uma aliada ao apresentar o cenário para que um leitor possa compreender o que acontece algumas vezes do outro lado do mundo e outras vezes tão perto, mas que seus olhos não conseguem encontrar.

Para o professor americano Philip Nel (2018), quando se cultiva uma imaginação empática, a literatura infantil pode aproximar pessoas de todas as idades para o entendimento do deslocamento sentido por refugiados. A literatura pode afirmar as experiências das crianças nessas comunidades, deixando-as saber que não estão sozinhas. Encontrar histórias que ressoam com a própria realidade é vital para quem é forçado a viver em exílio, seja ele emocional ou físico. É como dizer a essas crianças: “você é ouvido.”.

Nesse entendimento, serão analisadas cinco obras literárias: *Migrando* (2015), de Mariana Chiesa Mateos; *Para onde vamos* (2016), de Jairo Buitrago e ilustrado por Rafael Yockteng; *O cometa é um sol que não deu certo* (2017), de Tadeu Sarmiento e ilustrado por Apo Fousek; *A menina que abraça o vento* (2018), de Fernanda Paraguassu e ilustrado por Suryara Bernardi, e *Refugiados* (2019), de Alan Gratz.

Os critérios para a escolha dos livros foram: selecionar somente narrativas escritas ou traduzidas para o português; trabalhar com histórias que abordassem a experiência da migração ou refúgio; priorizar o protagonismo infantil. Também foi utilizado como critério de seleção a data de publicação das edições brasileiras, todos os títulos são recentes, publicados depois de 2015, período a partir do qual as discussões sobre as migrações e o refúgio se intensificaram.

Considerando a necessidade de se olhar para a questão dos refugiados como um desafio contemporâneo, esta dissertação tem o objetivo geral de refletir sobre a construção imaginária da criança refugiada nas obras de literatura infantil e juvenil que compõem o *corpus*, especificamente sobre as experiências desestabilizadoras desses personagens, e problematizar as questões sociais existentes nas narrativas. E tem como objetivo específico contribuir para uma nova leitura sobre as narrativas do *corpus*, expandindo suas possibilidades interpretativas.

Para análise da temática, a presente dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, além das considerações finais e desta introdução. Os dois capítulos que seguem esta Introdução (capítulos 2 e 3) servem como ferramenta para compreender o assunto. No primeiro deles, apresentamos os dados sobre a atual situação dos refugiados, com base em relatórios elaborados por organizações

internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sigla do inglês para *United Nations Children's Fund*). Amparado pelas pesquisas de Jacqueline Bhabha (2014), o capítulo também se debruça sobre a realidade enfrentada pelas crianças em situação de refúgio. No segundo, articulamos a situação de refúgio que as crianças enfrentam à literatura que abre caminhos para acolhê-las. Seguimos um fio condutor de que a literatura para crianças e jovens possa servir para a sensibilização social acerca da migração, narrando histórias e nos permitindo refletir sobre esse fenômeno mundial. À luz de tais argumentos, o Capítulo 4, por sua vez, desenvolve a análise das cinco obras selecionadas. E, para concluir, as Considerações finais aproximam as narrativas e propõem entrelaçamentos entre as obras.

2 REFÚGIO E INFÂNCIA

Ao longo da História, os processos migratórios estiveram relacionados à constituição das dinâmicas sociais que permeiam a vida humana. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2009), migração é o processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos.

A OIM entende que a migração beneficia o migrante² e a sociedade, uma vez que busca fomentar o desenvolvimento humano, social e econômico que, por conseguinte, dignifica a escolha e o direito humano básico de trânsito por qualquer espaço ou local (OIM, 2009).

Os motivos que atualmente levam as populações a migrar passam, principalmente, pela busca por qualidade de vida, a qual abrange vários elementos, destacando-se: melhores oportunidades de emprego e recursos de cunho econômico, melhor acesso e condições de educação, saúde de qualidade, segurança pública, saneamento básico, entre outros (OIM, 2009).

Entretanto, é importante apontar que nem todos os tipos de migrações acontecem a partir da vontade do migrante: as chamadas migrações forçadas se configuram no deslocamento obrigatório das populações por motivos de guerras, perseguições étnicas, políticas ou religiosas, desastres naturais, entre outras (OIM, 2009). Tais acontecimentos, principalmente nas últimas décadas, passaram a aumentar drasticamente o número de pedidos de refúgio.

Segundo o ACNUR (1967), refugiados configuram-se como pessoas que foram obrigadas a deixar seu país de origem ou moradia eventual devido a perseguições sistemáticas, relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, seja por conflitos armados, violência, regimes políticos totalitários ou arbitrários, ou outras

² Adota-se o termo migrante como aquele que muda de região ou país por tempo indeterminado. Apesar de não haver uma definição legal no âmbito internacional, algumas organizações internacionais, formuladoras de políticas e veículos de informação fazem uso da expressão de modo generalista, referindo-se tanto aos migrantes como aos refugiados. Geralmente as estatísticas globais adotam a “migração internacional” para se referir aos refugiados e solicitantes/requerentes de refúgio.

circunstâncias que perturbam a ordem pública e necessitam de proteção internacional.

Os refugiados constituem uma categoria específica de migrantes forçados. São sujeitos que ficam privados de seus direitos humanos e que, formalmente, ficam impedidos de retornar à seu território e sem qualquer garantia de que isso possa acontecer um dia.

Dito isso, este capítulo visa apresentar a atual situação dos refugiados, baseado em dados oficiais, e se debruçar sobre a vulnerabilidade enfrentada pelas crianças em situação de refúgio.

2.1 O refúgio em números

De acordo o ACNUR (2016a), nos primeiros 15 anos do século XXI houve um aumento de 41% no número de migrantes no mundo, que chegou a aproximadamente 244 milhões. E ao final de 2018 cerca de 70,8 milhões de pessoas foram forçadas a deixar seus locais de origem por diferentes tipos de conflitos. Desses, 25,9 milhões são refugiados e 3,5 milhões são requerentes de refúgio. Em um panorama mundial, o documento do ACNUR (2016a) apura que 67% dos refugiados no mundo vieram basicamente de três países: Síria (6,7 milhões), Afeganistão (2,7 milhões) e Sudão do Sul (2,3 milhões).

Do total de pessoas em situação de deslocamento forçado, 53% eram crianças³ (este número diz respeito a deslocados internos, refugiados e requerentes de refúgio⁴). Atualmente, para cada 80 crianças no mundo, uma é refugiada. Mas essa proporção varia substancialmente dependendo do país em que vivem. Na Alemanha, as crianças representam um em cada cinco refugiados, enquanto no Sudão do Sul e na República Democrática do Congo, essa proporção é de três em

³ De acordo com o Artigo 1 da Convenção dos Direitos da Criança de 1989, se considera criança todo indivíduo menor de 18 anos, “(...) salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.” (Unicef, 2018, p.6),

⁴ Se constituem em requerentes de refúgio aqueles que fazem uma petição/solicitação formal a entidades ou pessoas com responsabilidades governamentais ou legais e poder de decisão no âmbito da pretensão, como por exemplo, a concessão do estatuto de refugiado, de visto ou de autorização de trabalho.

cada cinco refugiados (Unicef, 2016). E como lembra o ACNUR (2016a), os números de menores desacompanhados que migraram podem ser ainda maiores porque grande parte dos países não registra estatísticas de crianças sozinhas.

De acordo com a UNICEF (2016), mais de 86,7 milhões de crianças com menos de 7 anos passaram sua vida toda em zonas de conflito, o que coloca o desenvolvimento de seu cérebro sob risco. O relatório *Uprooted – the growing crisis for refugee and migrant children* (Desenraizadas – a crescente crise das crianças refugiadas e migrantes, em tradução livre) (2016), produzido pela UNICEF, apresenta a situação de 50 milhões de crianças e adolescentes que migraram internacionalmente ou foram forçados a deixar suas casas por conta da violência. O documento mostra que crianças que habitam zonas de conflito são frequentemente expostas a traumas internos e extremos, o que as coloca sob risco de viver em estado de estresse tóxico, uma condição que inibe as conexões celulares cerebrais – com consequências significativas ao longo da vida para seu desenvolvimento cognitivo, social e físico.

E, segundo o ACNUR (2016a), estima-se que na última década mais de 1 milhão de crianças tenham morrido em conflitos armados; 6 milhões foram feridas ou mutiladas e 1 milhão se tornaram órfãs. Mais de 300 mil meninos foram obrigados a se transformar em soldados. As meninas são frequentemente submetidas à exploração sexual. Crianças de 87 países vivem rodeadas por 60 milhões de minas terrestres e em torno de 10 mil ao ano são vítimas dessas armas.

Apesar dos diversos mecanismos de proteção internacional, as crianças refugiadas ainda constituem um grupo duplamente vulnerável devido à sua condição de ser humano em desenvolvimento e seu status migratório. E como os números da migração infantil pelo mundo não param de aumentar, de acordo com a pesquisadora Patrícia Nabuco Martuscelli (2017), a comunidade internacional tem de estar preparada para lidar com esse fluxo migratório por meio de três ações: a visibilidade desse fluxo migratório em estatísticas e relatórios oficiais e estudos acadêmicos; a adoção de uma perspectiva de proteção dos direitos da criança, considerando prioritariamente o interesse superior da mesma; e o reconhecimento da capacidade de participação e agência das crianças em todas as etapas do projeto migratório, sem deixar de considerar sua vulnerabilidade decorrente da situação de deslocamento forçado. Após a apresentação desses números, no próximo subtítulo adentramos à discussão sobre a migração infantil.

2.2 Migração infantil

Para a pesquisadora e advogada britânica Jacqueline Bhabha (2014), a migração infantil é parte de um fenômeno contemporâneo que muda e modela o mundo em que vivemos. Bhabha (2014) pontua que mesmo este fenômeno atingindo milhares de crianças ao redor do mundo, a migração infantil ainda é um assunto complexo, muitas vezes não contado e não analisado. Apesar de ser relatada pelo cinema e literatura, poucas são as histórias que têm como foco a experiência da criança migrante em si.

Bhabha (2014) argumenta ainda que as leis e políticas migratórias parecem sempre supor que uma criança migrante estará amparada de modo legal e afetivo por um adulto responsável. Mas a realidade aponta um cenário diferente, no qual a maioria das crianças sem documento ou em situação irregular continua sem se enquadrar à legislação doméstica e à proteção institucional dos países de recebimento e de destino. E quando o Estado tem que dar respostas sobre a questão do tema das crianças migrantes, normalmente adota um discurso ambivalente que descreve a criança tanto como um ser vulnerável que precisa de proteção do Estado quanto como o “Outro” ameaçador e incontrolável que oferece perigo ao Estado-Nação.

Segundo Martuscelli (2017), ocorre uma clara preferência em proteger as “nossas” crianças em detrimento às “outras” crianças definidas muitas vezes como “imigrantes ilegais”. Muitas vezes esquece-se que a própria condição da infância pode motivar perseguições, tais como quando as crianças são recrutadas para atuarem em grupos armados ilegais; quando elas são forçadas ao casamento infantil ou quando estão em locais em que há prática de mutilação genital feminina. Na mesma linha argumentativa, Bhabha (2014) aponta-nos que, os menores migrantes deveriam ser tratados primeiro como crianças que possuem direitos e precisam de proteção, assim como as crianças nacionais que não possuem cuidados parentais, e depois como migrantes. Mas, na maioria das vezes, são tratadas de forma tão rígida quanto um adulto em situação de refúgio.

Os fatores que determinam a migração infantil são bastante variados. Assim como os adultos, as crianças migram em busca de desenvolvimento e melhores condições de vida, oportunidades educacionais e possibilidade de trabalho. Seu deslocamento pode se dar devido à pobreza e desigualdades sociais, para fugir de

uma situação de exploração ou violência doméstica, além da ausência de políticas públicas que garantam os direitos das crianças e adolescentes, migram em busca de educação, saúde, moradia; mesmo que para isso precisem realizar uma migração irregular. Crianças tendem a migrar para ir atrás de seus pais ou familiares que já migraram anteriormente, por isso, a migração infantil ocorre majoritariamente para países ou regiões vizinhas em localidades em que já haja redes de familiares ou de conhecidos. A discriminação por gênero; raça; etnia, bem como situações de catástrofes climáticas também contribuem para essa mobilidade migratória.

No livro *Child Migration and Human Rights in a Global Age*, Bhabha (2014), com base em diversos relatos infantis, procura ilustrar sob a ótica de uma criança migrante como os princípios dos direitos humanos se concretizam da teoria à prática. A partir de uma análise política e jurídica da relação entre o Estado e o modo como o mesmo tem entendido as migrações, a autora apresenta as fragilidades e as contradições que envolvem a questão da proteção às crianças e aos adolescentes migrantes.

Bhabha (2014) acredita que a intuição humana básica de que a vida familiar é crucial para o bem-estar das crianças é confirmada pelo comportamento humano, pelos sacrifícios feitos, pelos planos desenvolvidos, pelas migrações empreendidas para garantir a junção quando a unidade familiar é interrompida. O direito básico à vida familiar seria um alicerce crucial de uma política justa de migração.

Abrangendo vários continentes, com histórias reais de jovens migrantes, Bhabha (2014) relata o desafio das crianças desacompanhadas no pedido de asilo. Muitas vezes, quando chega ao país de recebimento, é enviada de volta ao país de origem ou habitual residência. Dessa forma, as crianças acabam muitas vezes sendo repatriadas sem sequer terem a oportunidade de apresentar suas razões e de expressar o medo do retorno ao país de origem, tendo em vista que muitas fogem devido a situações de violência, perigo e violações aos direitos humanos. A pesquisadora examina os obstáculos muitas vezes intransponíveis que são colocados no caminho dessas crianças e adolescentes. Essas generalizadas falhas na proteção são causadas por nossa falta de conhecimento dos problemas que essas crianças enfrentam. Sendo assim, as crianças permanecem pouco ouvidas e suas opiniões desconsideradas, prevalecendo as vontades dos Estados em detrimento aos direitos das crianças.

Como afirma Bhabha (2014), a relação entre os Estados e a maneira como compreendem as migrações infantis impacta diretamente na garantia dos direitos das crianças. Todavia, ainda prevalece a decisão dos Estados de conter os fluxos migratórios indesejados e “punir” aqueles que não se enquadram na migração regular. Por outro lado, a Convenção sobre Direitos da Criança (CDC) assegura que todos os direitos nela enumerados se aplicam a todas as crianças presentes no Estado signatário, incluindo aquelas que estão ilegalmente no Estado signatário. Assim, o problema da migração infantil não seria sua invisibilidade, mas a ambivalência com que os Estados lidam com a questão. Apesar de ser um tema visível, os atores atuam de maneiras contrastantes, numa perspectiva pautada ora no dever internacional de proteger as crianças e seus direitos, ora a sob a ótica do direito estatal soberano de realizar o controle migratório e desestimular as migrações irregulares (Bhabha, 2014). O não reconhecimento da presença de crianças nas estruturas de poder e na máquina de elegibilidade do refúgio promove uma invisibilidade e um silenciamento desses sujeitos durante o processo da migração forçada. De modo que a criança está presente, mas ela não tem a presença reconhecida e, portanto, não tem oportunidade de participação e de exercício de agência política. Tornam-se, assim, invisíveis e neutralizadas durante o processo de elegibilidade às políticas de proteção do refúgio e quando se tornam “visíveis” é sempre de uma forma muito específica, restrita à norma e condicionada às regras da unidade familiar. Desse modo, há uma dupla interposição social que recai sobre a criança migrante, o fato de ser criança, em um mundo que pouco lhe assegura os direitos e a compreende como sujeito, como também ser migrante. Em vista disso, na próxima seção discutiremos a vulnerabilidade desses sujeitos.

2.3 A vulnerabilidade das crianças migrantes

Apesar de a migração ser considerada um fenômeno voluntário adulto (Bhabha, 2014), a migração infantil é parte importante desse fenômeno contemporâneo, como temos discutido nessa dissertação. E é preciso atentar que

acompanhadas de seus pais ou separadas de suas famílias, as crianças encontram-se em situação de extrema vulnerabilidade.

Muitas vezes essas crianças chegam aos países de destino sem conhecer o idioma e a cultura locais, e acabam sendo vítimas de preconceito, xenofobia, abusos sexuais, trabalho infantil ou tráfico de pessoas. As crianças também estão mais expostas às violações e à própria ameaça de sua integridade física durante todo o processo migratório.

Entre os menores de idade em situação de deslocamento forçado, o ACNUR (2016a) estima que existam cerca de 173,8 mil crianças desacompanhadas e separadas de seus responsáveis. O organismo da ONU considera essencial que governos e agências coletem dados para identificar e ajudar esses jovens. As estatísticas atualmente disponíveis não correspondem ao real número de crianças desacompanhadas e separadas que buscam refúgio. Para Isabel Cantinho (2018), tal disparidade entre o número de crianças que solicitam refúgio de maneira autônoma e o número de menores reconhecidos como refugiados no país pode ser analisado pelo prisma da condicionalidade à unidade familiar no processo de elegibilidade, onde o status de refugiado se estenderá aos membros da família do adulto que teve sua solicitação deferida.

Não bastasse o trauma da fuga forçada por motivos de perseguição, violência e violação dos direitos humanos e a separação dos parentes próximos, essas crianças enfrentam ainda todas as dificuldades e complexidades de navegação no labirinto de procedimentos burocráticos estatais de elegibilidade ao status de refugiado.

Em *Tell Me How It Ends: An Essay in 40 Questions*, a escritora mexicana Valeria Luiselli (2017) narra sua experiência, fruto do trabalho como intérprete de crianças migrantes sem documentos no Tribunal de Imigração de Nova York. O título aponta para as indagações que algumas crianças normalmente fazem aos pais, e também para a dificuldade que essas crianças migrantes têm de contar uma história cujo aparente desfecho é apenas outro começo difícil. A autora relata que as histórias das crianças não tinham começo, meio e fim, dada a complexidade de suas vidas; o subtítulo faz referência às 40 perguntas do questionário padrão para permitir a entrada de crianças indocumentadas nos EUA.

Expondo as dificuldades da função, Luiselli (2017), tece suas considerações de acordo com as perguntas que compõem o questionário de admissão dado às crianças ao serem colocadas sob custódia. Isto porque, em seu texto o considera

restrito, afirmando que o questionário é estruturado de uma forma fria e impessoal, tornando toda a situação ainda mais burocrática, sobretudo devido a sua função. Mas o questionário é aplicado, muitas vezes, a crianças de 6 ou 7 anos que precisam responder, por exemplo, se sofreram alguma agressão na travessia, o que seria, em caso positivo, uma resposta complicada de verbalizar até para um adulto. As perguntas parecem não serem feitas para escutar de verdade o migrante, e sim para cumprir simplesmente um protocolo, o que nos faz retornar a Bhabha (2014), que diz que as crianças são pouco ouvidas e suas opiniões desconsideradas.

Luiselli (2017) analisa sua própria realidade quando transforma a primeira pergunta do questionário (Por que você veio para os EUA?) em: Por que eu vim para os EUA? A leitura se aproxima da Luiselli migrante, que nasceu no México, mudou-se com a família para os EUA, depois para a Costa Rica, para a Coreia do Sul e para a África do Sul, mas em condição diferente – devido ao cargo de diplomata de seu pai – das crianças que ela ouve na Corte; e da Luiselli mãe que, em uma viagem, olha para os filhos dormindo no banco de trás e se pergunta: “Eles sobreviveriam atravessando fronteiras e países sozinhos?” E, diante de todo esse complexo contexto, um questionamento se faz necessário: quando uma criança deixa de ser vista como uma criança e se torna imigrante, sujeito ilegal, criminoso? Ou ainda, utilizando da reflexão de Martuscelli (2017), qual o limite da categorização de “nossas crianças” para crianças migrantes ilegais?

Retomando ao texto de Luiselli (2017), uma das histórias que conta é a de Manu López, que atravessou a fronteira, passou pela Corte e encontrou um lar nos EUA, mas descobriu que Hempstead, em Nova York, não é diferente de Tegucigalpa, em Honduras. É, mais uma vez, uma comunidade cheia de violência de gangues, *bullying* na escola, uma comunidade que não está pronta para proteger uma criança. Então qual a diferença entre Nova York e a América Central? A autora sugere que os americanos possam ajudar jovens migrantes em risco, como Manu, fornecendo-lhes apoio comunitário. Luiselli (2017) explica que transformou seu curso na Universidade Hofstra para que seus alunos discutissem as nuances da crise migratória e debatessem as melhores maneiras de lidar com a situação.

A chegada oportuna do livro ao começo do governo Trump, iniciado em janeiro de 2017, levanta questões sobre segurança nacional, sistema legal de migração, controle de armas e segregação. Isto porque, o governo de Donald Trump ficou marcado pela implementação de políticas mais rígidas para conter o fluxo de

migrantes ilegais, principalmente da América Central. Com o Partido Republicano controlando o poder legislativo em 2018, seu governo e o Congresso conseguiram aprovar leis, implementar regulamentos e executar políticas que violam ou prejudicam os direitos humanos. Em maio de 2018, uma política de “tolerância zero” começou a ser praticada e aproximadamente 900 crianças foram separadas de seus pais na fronteira. As fotos das crianças em gaiolas e em condições precárias rodaram o mundo, e a comoção foi inevitável.

De acordo com Susan Sontag (2003), a comoção causada pelas imagens midiáticas de um conflito pode promover – ou não – ações compassivas por parte dos que assistem de longe aos horrores sofridos por outros povos, afinal, trata-se de um construção de um regime de representação midiática sobre o fenômeno.

Da comoção diante do sofrimento alheio à ação há uma distância considerável, que depende, entre outros fatores, de quem está sofrendo e como seu sofrimento está sendo enquadrado. Esses dois fatores devem vir acompanhados de uma intensa visibilidade e alcance de circulação, para que se torne um evento capaz de alterar a percepção dos receptores sobre determinada questão e fazer emergir uma consciência política. É preciso, para isso, que a “hegemonia do enquadramento” em circulação rompa com o contexto original em que foi formada para que assim chegue a outro lugar (Butler, 2015). Esses “enquadramentos”, segundo a filósofa pós-estruturalista estadunidense Butler (2015, p. 17), “atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos”, gerando ontologias específicas de sujeito. Judith Butler, inspirando-se no também filósofo Michel Foucault, concebe o sujeito não como uma entidade transcendente, a-histórica e universal, mas como efeito de “normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos.” (Butler, 2015, p. 17). Assim, há sujeitos que não são reconhecíveis e “há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas.” (p. 17). Para Butler (2015), é a necessária estrutura reiterável do enquadramento que fornece novas possibilidades de trajetórias de comoção, que podem ser diversas, a depender dos novos contextos de recepção. Desse modo, tessituras de novos enquadramentos podem gerar um regime de representação distinto do que está posto e, assim, os sujeitos em representação, a depender da recepção, podem ser vistos de outra forma. Outra perspectiva possível é que esses sujeitos em

representação podem construir novas subjetividades e horizonte de expectativas a partir desses novos enquadramentos.

No contexto a ser analisado nos livros que compõem o *corpus* desta dissertação, os enquadramentos propostos nos fazem refletir sobre seus potenciais efeitos de recepção, sobre que tipo de atenção e consideração produzem a partir de seus textos e ilustrações.

2.4 A imagem da criança refugiada

A crise migratória ganhou maior visibilidade na mídia a partir de 2015, quando a foto de Alan Kurdi, o menino sírio de 3 anos que morreu afogado no Mar Mediterrâneo, virou um ícone. Sua família já havia se movido entre diversas cidades do país para escapar do Estado Islâmico quando, em 2014, resolveram se estabelecer na Turquia. Em 2015, a família regressou a Kobane, mas devido a um massacre, em junho do mesmo ano, retornaram à Turquia com intenção de seguir viagem para o Canadá, onde viviam alguns de seus parentes. No entanto, a travessia acabou em tragédia, com Alan faleceram seu irmão de 5 anos Galip, e a sua mãe, Rehan, além de ao menos outros 12 sírios que viajavam desde a Turquia até a Grécia em dois barcos. Mas a foto que circulou amplamente marcando a tragédia foi a de Alan Kurdi.

A imagem passou a ser a personalização do drama dos refugiados e se tornou um elemento presente nos jornais do mundo todo, despertando a opinião pública para o conflito no território sírio e gerando debate sobre ajuda humanitária e sobre a posição de líderes de Estado quanto a este cenário. Sobre a construção de narrativas e realidades a partir de imagens e fotografias, vale acrescentar que: “Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem.” (Sontag, 2003, p. 16). A imagem fotográfica desempenha um papel relevante, ela tem o poder de ajudar na fixação de fatos. Ainda segundo a filósofa:

O fluxo incessante de imagens (televisão, vídeo, cinema) constitui o nosso meio circundante, mas, quando se trata de recordar, a fotografia fere mais fundo. A memória congela o quadro; sua unidade básica é a imagem isolada. Numa era sobrecarregada de informação, a fotografia oferece um modo rápido de apreender algo e uma forma compacta de memorizá-lo. A foto é como uma citação ou uma máxima ou provérbio: Cada um de nós estoca, na mente, centenas de fotos, que podem ser recuperadas instantaneamente. Mencione a mais famosa foto tirada na Guerra Civil Espanhola, a do soldado republicano ‘alvejado’ pela câmera de Robert Capa no mesmo instante em que é atingido por uma bala inimiga, e quase todos que ouvirem falar dessa guerra poderão evocar a imagem granulada em preto e branco de um homem de camisa branca, com as mangas arregaçadas, tombando para trás na beira de uma colina, o braço direito lançado para trás enquanto a mão solta o rifle; ele está prestes a cair, morto, sobre a própria sombra. (Sontag, 2003, p. 23).

Pelo exposto e retomando ao caso de Alan Kurdi e sua imagem, a criança sozinha, mesmo sem mostrar a face, deixa seu espectador inerte. A imagem do menino morto traduz o inenarrável, fragiliza o observador diante da combinação que nunca se espera ver: morte e infância. O filósofo francês Jacques Rancière, no ensaio “A imagem intolerável” (2012), trata do potencial crítico da imagem em relação à realidade. A questão do intolerável deve, então, ser deslocada: o problema não é o de saber se se deve ou não mostrar os horrores sofridos pelas vítimas desta ou daquela violência. Ele concerne à construção da vítima como elemento de uma certa distribuição do visível. Assim, uma imagem nunca aparece sozinha, ela pertence a um dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que eles merecem. A questão é a de saber o tipo de atenção que provoca este ou aquele dispositivo. Rancière (2012) nos faz observar o modo como aquele corpo de criança que parecia sozinho indica possibilidades de resistência, subversões e reinvenções dos modelos de captura aos quais o corpo fotografado está submetido rotineiramente. O intolerável na fotografia de Alan Kurdi pode levar o espectador a “fechar os olhos ou desviar o olhar” (Rancière, 2012, p. 85), podendo assim, transportá-lo para o intolerável da imagem, provocando repulsa, dor e sofrimento.

A imagem não só chocou o mundo como se tornou símbolo do drama vivido por milhares de crianças obrigadas a deixar seus lares devido a guerra e os conflitos armados. Apesar da imagem do afogamento de Alan ter sido amplamente divulgada nos noticiários e nas redes sociais, não produziu novos desdobramentos sobre a

crise dos refugiados. O que tornou a fotografia tão poderosa foi sua capacidade de mudar o terreno epistêmico do discurso da migração, que trabalhava apenas com números e estatísticas, para uma concepção de que os que migram são seres humanos, identificáveis, com um rosto, um corpo e uma história de vida. Para a pesquisadora australiana Helen Berents (2018), a imagem de Alan Kurdi se tornou um “ícone”, pois passou a substituir a chamada crise dos refugiados e é invocada amplamente quando se fala das consequências desta crise. Isso porque, saber que as crianças estão morrendo é diferente de ver que uma criança específica morreu. Membro do Discovery Early Career Researcher Award (DECRA) no projeto *Liderança Juvenil e o Futuro da Paz e Segurança*, examinando a advocacia e o envolvimento dos jovens no contexto da Agenda da Juventude, Paz e Segurança da ONU, Berents (2018) é bastante crítica à forma com que a imagem de Alan foi veiculada. Sua imagem ajudou a sensibilizar uma população anestesiada pelas imagens massivas de crianças em migração. Em convergência com as ideias de Sontag (2003) e Butler (2015), Berents (2018) acredita que as fotografias de crianças mortas exigem que consideremos criticamente como e por que os corpos de certas crianças são visíveis. A autora questiona por que algumas mortes são consideradas adequadas à atenção da mídia e explora como se dá o simbolismo de sua circulação.

Segundo Moeller (2002 apud Berents), não é que as crianças não devam aparecer na mídia; às vezes é crucial que sua presença seja reconhecida e incluída. No entanto; “quando a mídia narra suas histórias com órfãos de olhos arregalados”, há consequências, pois: “essas imagens são fascinantes de uma maneira quase enjoada, porque eliminam as nuances, inconsistências e complexidades que são componentes essenciais da sociedade política” (Moeller, 2002, apud Berents, 2018, tradução livre).

A evolução dessas imagens tidas como “ícones” infantis – da chamada “garota Napalm”, que corria sem roupas e aterrorizada na Guerra do Vietnã, para Alan Kurdi – sugere uma possível mudança nos tipos de imagens que chocam, em que são necessárias fotos cada vez mais impressionantes para prender a atenção, assustar e surpreender. Isso, combinado com a capacidade de transmissão instantânea e volumosa de imagens, levanta questões sobre como nos chocamos com os corpos das crianças, especificamente na representação de crises.

Nossa vulnerabilidade, segundo Berents (2018), se baseia na nossa capacidade de reconhecer outras pessoas e de lamentar suas mortes, o que retoma a ideia de que saímos do campo das estatísticas para as histórias de vida. O fato de as mortes de crianças serem particularmente telegênicas⁵ levanta a questão sobre como entendemos nossos relacionamentos em escala global, pois tais mortes e nossas vidas estão intrinsecamente conectadas, são questões de segurança, direitos e responsabilidades confrontados ao ver essas imagens.

Em 2017, o artista chinês Ai Weiwei, reconhecido por sua luta contra a repressão e a violação de direitos humanos, recriou em uma praia da ilha grega de Lesbos, local de desembarque de milhares de migrantes, a foto de Alan Kurdi morto. O corpo do artista na mesma posição, mas não a morte, só a encenação, a representação inerte de um corpo morto. Todavia, em alguns casos, a fotografia causou estranhamento no público pela releitura proposta. A imagem em preto e branco, de um homem adulto, com olhos fechados, de braços nos cascalhos da praia, foi considerada polêmica, desrespeitosa, de mau gosto, e, ainda, narcisista.

Para Leonardo Tonus (2018), em sua proposta, Weiwei critica a ambivalente capacidade contemporânea de se comover, mas também de ignorar o sofrimento alheio, de conviver indiferentemente em meio a tantas outras mortes em decorrência do legítimo direito humano de escapar de uma zona de conflito, de almejar uma vida melhor e de sobreviver. A imagem do artista chinês apela para uma responsabilidade ética e moral da sociedade (e da arte) diante da realidade da experiência traumática, trata-se de outro modo de olhar.

2.5 Modos de olhar o outro em situação de refúgio

Considerando que a migração é um fenômeno humano, que o ato de migrar sempre existiu e constitui a história de formação do mundo em que vivemos, uma

⁵ A autora se baseia em uma crescente literatura sobre o tema para definir o termo “*telegenic dead*” [que em português seria o equivalente a uma morte telegênica, que fica bem em televisão ou em imagem televisual], levando em consideração o episódio das quatro crianças mortas pelo exército israelense enquanto brincavam em uma praia de Gaza. Berents (2018) se pergunta como os corpos dessas crianças são entendidos nas relações internacionais, considerando que as relações globais podem permitir que a morte de algumas crianças seja visível e de outras não.

questão se faz necessária: como olhar para essas realidades e como nos portar diante delas? O ACNUR e a OIM orientam a olhar as situações de migração a partir da valorização do sujeito migrante, uma vez que, independentemente dos motivos pelos quais ele migrou, o que realmente importa é a preservação da vida, a proteção dos direitos humanos e da saúde mental e o esforço cooperativo para a superação desse momento difícil e traumático.

Em *Siderar, considerar*, a pesquisadora e professora Marielle Macé (2018) interroga os modos de olhar para populações refugiadas, a partir da tensão entre os dois verbos que dão título ao seu livro. A estudiosa mostra como considerar é “observação, cuidado e estima”, “reabertura de uma relação, de proximidade”, de levar em conta as vidas humanas, também é “mais política, mais social, menos ‘humanitária’”; enquanto siderar seria a palavra para “petrificado”, e “enclausurado numa emoção que não é fácil de transformar em moção” (Macé, 2018, p. 28). Desse modo, o sujeito da consideração combina olhar e respeito, age a partir do que existe, conhece as pessoas e seus sofrimentos. Já o sujeito da sideração vê a miséria e o sofrimento que ele espera. Essa é geralmente a visão da mídia e uma certa tradição crítica. O que faz Macé (2018, p. 30) chegar à conclusão de que “é mais comum, mais imediato, deixa-se siderar do que considerar”.

Macé (2018) nos exorta a refletir diante das condições dos migrantes que abandonaram suas vidas para reinventá-las nas margens, no limiar, nas bordas. Não apenas propõe que migrantes levem uma vida digna, propõe que levemos em consideração sua história. Pois não se trata apenas de analisá-las, mas de acolher as palavras dos migrantes com hospitalidade.

Acreditando que o acolhimento é um fio condutor de uma atitude que parte da vulnerabilidade à ação, e diante da necessidade de não nos imobilizarmos num mundo de deslocamentos e deslocados, um gesto fundamental e necessário é o de hospitalidade. Segundo o filósofo franco-magrebino Jacques Derrida (1997), hospitalidade é receber o estrangeiro, aceitando-o, apenas como estrangeiro. Ainda de acordo com Derrida:

(...) exerçamos pressões, coloquemos questões, exijamos respostas precisas, e que compromissos sejam tomados por outra política, uma política verdadeiramente outra, inteligente e generosa ao mesmo tempo, que lave a vergonha e a infâmia das leis atuais, uma política do estrangeiro, um direito dos estrangeiros que não seja uma falta à justiça. É preciso fazer com

que possamos finalmente viver, falar, respirar diferentemente. É preciso que possamos reencontrar o gosto de habitar uma cultura, uma língua e um país onde finalmente a hospitalidade não seja mais um crime, e cuja representação nacional não proponha mais punir o acolhimento do estrangeiro, e onde ninguém mais ouse falar ainda de ‘delito de hospitalidade’. (Derrida, 1997, p.73).

O filósofo propõe uma hospitalidade incondicional, que manda “abrir as portas a cada um e a cada uma, a todo e a qualquer outro, a todo o recém-chegado, sem perguntas, mesmo sem identificação, de onde quer que ele viesse e fosse ele quem fosse.” (Derrida; Dufourmantelle 2003, p. 47). Trata-se de uma hospitalidade que acolhe sem impor condições, que oferece a si própria, o seu próprio si, “sem pedir a ele nem seu nome, nem contrapartida, nem preencher a mínima condição” (Derrida; Dufourmantelle, 2003. p. 69). Trata-se não apenas de um outro modo de ver, mas também de receber, sentir, conviver e respeitar o ‘outro’. A hospitalidade, mais que um gesto, pode ser um movimento de direitos humanos que nos leve a exercitá-los com a incondicionalidade de que fala Derrida (1997).

Nesse sentido, vale retomar Macé (2018, p. 31) que reforça que seria possível acolher de outra maneira “essas vidas passíveis de lamento, na exata medida em que são antes de tudo consideradas como vividas”, alinhando-se suas ideias ao enquadramento que Butler (2015) descreve.

Ora, se a contemporaneidade traz o fenômeno da migração como um elemento que a constitui, e os números de pessoas que são forçadas, por diversos tipos de conflitos, a deixarem seus locais de origem são volumosos, faz-se necessário a construção social de uma hospitalidade incondicional (Derrida, 1997) para esses sujeitos migrantes. E como discutimos ao longo desse capítulo, um regime de representação distinto do que é tradicionalmente veiculado pode ser uma saída, para estruturar novos imaginários sobre o sujeito migrante, sobretudo a criança migrante (foco dessa dissertação).

Portanto, devemos estar cientes de que a literatura não pode fazer muito, mas que, paradoxalmente, é sua minoridade diante do mundo que a faz importante. Dizer, mostrar, olhar: é isso que a literatura pode fazer.

3 LITERATURA INFANTIL E JUVENIL E O REFÚGIO

Ao longo dos séculos, a literatura produziu diversas obras sobre a experiência humana, as inquietações e os traumas de sobreviventes das guerras. Mas, além de temáticas específicas), “a literatura responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo”, segundo Compagnon (2009, p. 26). Entendendo a literatura como a imagem e a transfiguração da vida (Candido, 2004), e tendo em sua natureza a forma que nos ordena, não podemos desvinculá-la de sua função social, que contribui para que o indivíduo se posicione, exprima suas razões, tornando-o mais compreensivo e aberto para a sociedade e para o seu semelhante.

A visão da literatura como veículo para a compreensão cultural do próprio mundo e das culturas estrangeiras sempre foi um valor muito presente na literatura infantil e juvenil. Para Teresa Colomer (2012), muitos elementos da imaginação social são transmitidos através da literatura, e nela é produzido um conjunto de símbolos e referentes culturais que permitem construir a consciência de pertencer a um amplo espectro de identidades, que abrange desde a cultura mais próxima até a própria percepção dos membros individuais da humanidade.

O que nos permite pensar que a literatura possibilita a exploração das questões da migração que perpassam o homem e o mundo. Por meio do texto literário, pode-se imprimir a narrativa do sujeito que migrou e que sentiu as alegrias e as angústia do migrar, mas por meio do texto literário também aquele que não migrou pode se identificar com o outro e construir uma visão empática acerca da sua história. Para Compagnon,

(...) a literatura desconcerta, incomoda, desorienta, desnorteia mais que os discursos filosófico, sociológico ou psicológico porque ela faz apelo às emoções e à empatia. Assim, ela percorre regiões da experiência que os outros discursos negligenciam, mas que a ficção reconhece em seus detalhes. (Compagnon, 2009, p. 64).

E é com essas lentes que apreendem as potências da literatura para percorrer regiões da experiência que desconcertam e incomodam, que passamos a abordar a literatura infantil e juvenil no próximo capítulo.

3.1 Literatura para crianças

No final do século XVIII, a percepção que se tinha até então da criança foi gradualmente se modificando e a concepção de infância como uma etapa distinta da vida adulta se consolidou na sociedade. Essa percepção, de acordo com o historiador Philippe Ariès (1981), é concomitante à constituição da família nuclear, do Estado-Nação e da nova organização do trabalho produtivo.

É, também, quando começam a surgir as primeiras produções literárias destinadas ao público infantil e juvenil, percebido como distinto do adulto, com necessidades e características próprias. Até o século XVII não havia um mundo infantil, não se escrevia, portanto, para as crianças.

De início, eram obras destinadas à disciplina, ou seja, eram dotadas de caráter extremamente utilitário e pedagógico. Segundo Lajolo e Zilberman (1999), essa literatura vinha ao encontro das ideologias de uma classe – a burguesia – que desejava, através da escola e dos livros, “o controle do desenvolvimento intelectual da criança e a manipulação de suas emoções.” (p. 23). Era, portanto, uma produção literária que reproduziria nos leitores ideias como obediência, serviço e submissão.

Enquanto a literatura infantil europeia nasceu às vésperas do século XVIII com a publicação de *Contos da Mamãe Gansa*, de Charles Perrault, a literatura infantil brasileira surgiu entre o século XIX e século XX. Os primeiros textos brasileiros, não diferente dos textos europeus, estavam vinculados aos valores morais e à pedagogia, sendo assim, eram considerados instrumentos de civismo e patriotismo. Dentre as diversas obras com esses fins, podemos citar *Contos da Carochinha*, de Figueiredo Pimentel (1894), *Através do Brasil* (1910), de Olavo Bilac, e *Saudade* (1919), de Tales de Andrade. Contudo, a produção literária brasileira infantojuvenil só tomou corpo por volta dos anos de 1920 e 1945 com os escritos de Monteiro Lobato, *A menina do narizinho arrebitado* (1920), e de Graciliano Ramos, *A terra dos meninos pelados* (1939).

Nos seus primórdios, a literatura para crianças teve função formadora, apresentando modelos de comportamento que facilitam a integração da criança na sociedade. Lajolo e Zilberman (1999) acreditam que a valorização da família na sociedade é a mola mestra que transforma a leitura em prática social, quando constitui atividade privada nos lares, tendo o livro como instrumento ideal para a formação da moral burguesa. Desde então, segundo as autoras, “ser leitor, papel

que, enquanto pessoa física, exercemos, é função social, para a qual se canalizam ações individuais, portanto não é temerário afirmar a função social da literatura infantil, pois é na infância que se forma o hábito da leitura.” (Lajolo; Zilberman, 1999, p.14).

Aos poucos, a literatura infantil e seu estudo foram ganhando relevância. O interesse que ela desperta provém de sua natureza desmistificadora: uma vez que, apesar dos condicionamentos externos, o gênero alcança uma identidade – atestada pela permanência histórica e pela predileção de que é objeto pelo leitor-criança –, e mostra que a arte literária tem um espaço próprio de atuação (Lajolo; Zilberman, 1999, p. 18). O encantamento do leitor prova que a literatura, ao oferecer uma nova concepção de texto aberta a múltiplas leituras, transforma o livro infantojuvenil em suporte para experimentação, questionamento e reflexão do mundo.

Corroborando e trazendo outra perspectiva, para o teórico britânico Peter Hunt (2010), a suposição de que a literatura infantil seja frequentemente inferiorizada a outras literaturas é, tanto em termos linguísticos como filosóficos, insustentável. Essa visão distorcida se sustenta na ideia que o adulto tem da infância. Vista como ser menor, sem capacidade reflexiva e altamente dependente dos mais velhos, a criança – e tudo que diz respeito a ela – é inferiorizada. O próprio adjetivo infantil é utilizado em nossa sociedade como sinônimo de imaturidade e, por vezes, tolice. Hunt (2010) afirma ainda que imaginar a literatura infantil como inferior à adulta seria o mesmo que acreditar na inferioridade natural de um pediatra diante de qualquer outro tipo de médico especialista.

Ceccantini (1995), por sua vez, enfatiza que o adjetivo *infantil* que se associa ao substantivo *literatura* atua como uma espécie de filtro, elemento regulador, que escolhe dentro do campo mais amplo da literatura geral o que pode ou o que não pode ser mostrado à criança, a partir da ótica do adulto. O que acaba originando textos muitas vezes menos empenhados em atender aos reais anseios e necessidades das crianças.

Esse pensamento reducionista, partindo do pressuposto de que a criança é um ser menor, reflete em livros ainda hoje publicados para o mercado infantojuvenil. Alguns livros primam por um discurso baseado na disseminação de valores e ideologias que os adultos entendem como certos. Acreditam que a obra infantil deva possuir um objetivo didático, ensinar comportamentos e direcionar o pensamento.

O didatismo (no sentido de doutrinação deliberada ou pedantismo localizado) está longe de estar morto na moderna literatura infantil, e, talvez por ser tanto ineficaz quanto óbvio, tende a se disfarçar em modos de contar e controlar. (Hunt, 2010, p.173).

Por mais que esse pensamento se dê no âmbito literário, ele nunca poderá se estender para a vida. Somos bombardeados todos os dias com notícias de guerras, genocídios, assassinatos, acidentes, enfim, todo tipo de violência. Logo, é no mínimo paradoxal tentar preservar crianças do contato com a morte através da ficção, quando a própria realidade a expõe de modo tão contundente. Não há como afastar, por exemplo, livros que falem sobre a violência de dentro da sala de aula, quando a própria violência está presente nesse espaço. Não há como não se falar em morte na escola, quando crianças morrem dentro dela. Pelo exposto, vale acrescentar que, para além do didatismo ainda encontrado na literatura (Hunt, 2010), impossibilitando o tratamento da criança como sujeito merecedor de uma produção cultural que lhe atenda, há também essa outra característica de que as crianças também têm sua experiência atravessada por violências. No próximo subcapítulo, abordaremos outra dimensão da literatura para crianças e jovens.

3.2 Temas polêmicos nas obras infantis e juvenis

Certos temas, por muitos anos, foram banidos do universo infantil. Pressupunha-se que a criança não possuía maturidade suficiente para lidar com eles, precisaria ser preservada a todo custo do contato com essas temáticas inadequadas. O resultado era a censura, das escolas e do mercado editorial – seus principais agentes –, de livros ditos polêmicos. Em contraponto com esta visão redutora da infância, Hunt (2010) nos alerta para o fato de que, quando olhamos para a história dos livros para crianças, não se pode pensar em um modelo único ou homogêneo de infância nessas obras, pois:

Os livros infantis para a criança da classe média trabalhadora em muitas sociedades do passado parecem ser bem mais autoritários

e severos que os livros infantis para as classes médias protegidas. De fato, mal chegam a parecer livros infantis. E, uma vez que o tipo de vida que os jovens experimentavam não era da infância como a conhecemos, nada há de estranho nisso. (Hunt, 2010, p. 94).

Para além da pluralidade social da infância há que se pensar também que os contos de fadas, por exemplo, não eram destinados às crianças, uma vez que as histórias eram recheadas de cenas de adultério, canibalismo, incesto, mortes hediondas e outros componentes do imaginário dos adultos. Mas, segundo Bettelheim (2009, p. 14 - 15), a mensagem que os contos de fadas querem passar é exatamente “que uma luta contra dificuldades graves na vida é inevitável; é parte intrínseca da existência humana. (...) Nos contos de fadas o mal é tão onipresente quanto a virtude”. Em seu tratamento do mal e da violência, os contos absorvem elementos arcaicos e míticos, mas também temas inerentes à sociedade e ao próprio homem (como a oscilação entre justiça e injustiça, ou o desejo de alcançar a recompensa mais elevada), trazendo protagonistas que não são todos bons e virtuosos, e a violência e desonestidades são cometidas tanto pelos vilões quanto pelos heróis. Para Bettelheim (2009), o conto de fadas traz respostas para perguntas recorrentes: Qual o conceito da vida? Qual o propósito do mundo? Que mistérios envolvem a natureza humana? O autor acredita que através dos contos de fadas a criança alicerça seu sofrimento com conhecimentos, pois quanto mais alternativas ficcionais forem oferecidas às crianças mais elas conseguirão elaborar e organizar seus dramas. Em um discurso aparentemente simples e despretensioso, o conto dá respostas complexas sobre os anseios mais enraizados na humanidade (Bettelheim, 2009).

Atualmente o caráter pedagógico é deixado cada vez mais de lado em obras de literatura infantil e juvenil. As produções literárias contemporâneas, infantis e juvenis, têm primado por um valor literário original, distanciando-se do cunho didático incorporado a essa literatura em sua origem. É pertinente lembrar aqui das palavras de Yunes e Pondé:

O texto literário infantil, por um lado, partiu para uma revisão do mundo na perspectiva da infância, para uma pesquisa de estrutura de linguagem e imagens próprias da criança. Por outro lado, ocorre uma renovação do recurso tradicional da fantasia, pelo

jogo da intertextualidade, pela paródia, pela investigação de estados existenciais infantis e pelo realismo que aparece quebrando tabus e preconceitos, lidando com os problemas cotidianos que não poupam a infância. De imediato, isso promove o distanciamento da inclinação pedagógica, e a qualidade artística assoma de modo que a arte prevaleça sobre os ditames ideológicos e o texto para crianças não se circunscreva à menoridade míope que imputam ao leitor. Decidida a não servir de pretexto, a literatura infantil se assume como texto artístico, capaz de atingir também as crianças, guardando todavia fidelidade aos princípios de estranhamento – diferença – que permitem à arte se constituir como um modo de conhecimento, ampliando, reformulando a percepção do leitor de qualquer idade (Yunes; Pondé, 1988, p. 46).

Para as autoras ler é interrogar as palavras, duvidar delas e ampliá-las e neste contato, da troca e da interação, nasce o prazer de conhecer, imaginar e inventar a vida. O mundo passa ser a representação da linguagem e a leitura aflora a sensibilidade e a inteligência, e nos coloca em comunhão com diferentes modos de ser e estar no mundo; ao ler expandimos a nossa existência no mundo, porque essa prática proporciona ao leitor alcançar esferas do conhecimento antes não experimentadas.

Os assuntos tidos como polêmicos, todavia, só passaram a ser abordados, no Brasil, na segunda metade de 1970, com a produção de uma literatura direcionada ao público infantojuvenil. Obras literárias que contemplavam o espaço urbano, assim como os problemas da sociedade, fizeram “submergir a velha prática de privilegiar nos livros infantis apenas situações não problemáticas.” (Lajolo; Zilberman, 1999, p. 123).

Por outro lado, a representação de crises e problemas sociais na literatura para jovens não se absteve de estereótipos. Embora assuntos anteriormente silenciados na literatura infantil passassem a ser discutidos nesse novo cenário, a forma como essa representação acontece ainda deixa de fora algumas reflexões importantes no que se refere à diversidade que compõe a esfera social.

Nesse contexto conhecido por seu potencial moralizador, a literatura infantil evitava abordar temas como conflitos nos relacionamentos, desigualdades racial, de

gênero e social, entre outros assuntos considerados polêmicos. Crianças pobres, tanto negras quanto brancas, não eram personificadas nas obras, sendo invisibilizadas, e, quando mencionadas, tinham sua representação impregnada de visões deturpadas. A literatura, de acordo com essa perspectiva;

(...) evitava o “lado podre” da sociedade, seja em termos sociais (ausência de temas relacionados ao sexo, às diferenças raciais ou conflitos de classe) ou existenciais, faltando a apresentação de determinados problemas familiares, como a falta de dinheiro, dos pais, a morte, os tóxicos. (Zilberman, 1987, p. 80).

Como o livro se recusa a suavizar fatos históricos para apaziguar e proteger aqueles considerados frágeis, ele neutraliza as narrativas idealizadas da infância. No entanto, como argumentamos, a narrativa é minuciosamente construída na escala de uma criança.

Diante disso, cabe refletir sobre a potência da literatura em construir imaginários sociais e questionar a omissão de temas polêmicos em livros voltados para o público infantil. Nesse sentido, proponho uma provocação: até que ponto narrativas com conteúdos ainda considerados polêmicos conseguem entrar nos currículos escolares? Quais os impactos da ausência de circulação de tais narrativas na formação da criança? Essas questões atravessam a presente pesquisa, inquietam e nos levam ao próximo subtítulo.

3.3 A produção de livros para crianças e jovens

Por mais que hoje encontremos diversos livros, nacionais e estrangeiros, que abordem questões contemporâneas, não é de agora que a prática faz parte da literatura para a infância. Monteiro Lobato, precursor no Brasil de uma literatura mais questionadora, levava às narrativas do sítio do *Picapau Amarelo* reflexões que, na maioria das vezes, não faziam parte das conversas com crianças. Na primeira página de *A chave do tamanho*, de 1942, Pedrinho começa a ler o jornal para Dona Benta com notícias de novos bombardeios em Londres: “Centenas de

aviões voaram sobre a cidade. Um colosso de bombas. Quarteirões inteiros destruídos. Inúmeros incêndios. Mortos à beça.”. (Lobato, 2008, p. 15).

Como editor, Lobato⁶ também inovou com estratégias de *marketing*, de propaganda e de vendas, modernizando a prática editorial brasileira. Ofertando e doando sua obra, *A menina do narizinho arrebitado*, para todas as escolas do estado de São Paulo, e sendo reconhecido com um sucesso de leitura, Lobato negociou com o Estado, quando constatou seu sucesso nas escolas (Lajolo, 2012). Ampliou seus pontos de vendas para outros estados, forneceu os livros em consignação, realizava as entregas e recebimentos via Correios. Nessa congruência de editor e autor, Lobato tinha uma visão mercadológica da literatura evidenciada em suas palavras, “cada livro considero uma vaca holandesa que me dá o leite de subsistência” (Lajolo, 2012, p. 67). Lobato já trazia em sua primeira obra as diretrizes de uma nova literatura, uma vez que:

(...) o apelo à imaginação em harmonia com o complexo ecológico nacional; a movimentação diálogos, a utilização ampla, o enredo, a linguagem visual e concreta, a graça na expressão – toda uma soma de valores temáticos e linguísticos que renovava inteiramente o conceito de literatura infantil no Brasil, ainda preso a certos cânones pedagógicos decorrentes da enorme fase da literatura escolar. (ARROYO, 1968, p.198).

Lajolo (2012) entende que no período de formação da literatura infantil no Brasil se definem, também, os canais de circulação e consumo que as enlaçam. A escola, que serve ao Estado como “aparelho ideológico”, quando não está a seu serviço, cai na rede da indústria editorial (LAJOLO, 2012, p.58). De alguma forma, a escola é o entreposto entre o livro infantil e os leitores.

Assim, o Estado se tornou – por meio da escola – o principal canal de distribuição e agenciamento de leitores, “os laços entre a literatura e a escola começam desde este ponto: a habilitação da criança para o consumo de obras impressas.” (Lajolo; Zilberman, 1991, p. 18). Com a aquisição de livros pelas escolas, tem-se o desejo de transformação da sociedade, e

⁶ Ciente das recentes polêmicas envolvendo Lobato, cabe aqui fazer um adendo sobre seu perfil contraditório, como membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e amigo pessoal do médico Renato Kehl, um dos principais eugenistas em atuação à época. Sua literatura é realmente embebida por sua ideologia, mas não seria possível falar sobre o início da literatura voltada para crianças no Brasil sem citar seus feitos.

(...) como é a instituição escolar que as sociedades modernas confiam a iniciação da infância tanto em seus valores ideológicos, quanto nas habilidades, técnicas e conhecimentos necessários inclusive à produção de bens culturais, é entre os séculos XIX e XX que se abre espaço, nas letras brasileiras, para um tipo de produção didática e literária dirigida em particular ao público infantil. (Lajolo; Zilberman, 1991, p. 25).

Tendo em vista o então baixo índice de leitura, o Estado realizou investimentos na compra de obras infantis para as escolas. Essa mobilização apoiou e agilizou a iniciativa privada, fomentando o “número e o ritmo de lançamento de títulos novos.” (Lajolo; Zilberman, 1991, p. 124). O Instituto Nacional do Livro (INL) passou a financiar uma quantidade expressiva de coedições, rompendo o favoritismo de publicações para escritores bem relacionados. Assim, “o Estado dá seu apoio à iniciativa privada, não mais favorecendo autores, mas grandes editoras, numa atitude análoga à que assume frente a vários outros ramos da indústria brasileira.” (Lajolo; Zilberman, 1991, p. 134).

Na década de 1980, outros programas vieram dar mais fôlego para a formação do leitor, como o Programa Nacional Sala de Leitura (1984 - 1996); o Programa Nacional Biblioteca do Professor (1994 -1996); o Programa Nacional Biblioteca da Escola (instituído em 1997) (Brandão, 2013).

Na instituição escolar, a literatura infantil encontrou seu fortalecimento. Segundo o professor João Luís Cardoso Tápias Ceccantini (2016), o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) adquiriu, em anos intercalados, milhões de livros juvenis, distribuindo-os a escolas públicas de todo o território nacional ao longo de uma década aproximadamente, numa iniciativa que, certamente, começa a mostrar, de forma gradual, alguns resultados positivos quanto à formação de leitores, embora haja muito ainda por fazer. Para Ceccantini (2016), apontar, hoje, o fenômeno de que um grande contingente de jovens no Brasil é leitor apenas devido à expansão da produção editorial de livros, seja pela via do mercado ou do incentivo estatal, seria, no entanto, simplificar muito a questão. Pois há um movimento de mútua influência: o mercado produz muitos livros porque há jovens

que os leem, e os jovens leem muito mais livros porque o mercado apresenta uma ampla e variada produção.

Segundo Lajolo (2012), existem alguns motivos para celebração dos avanços da literatura infantil em contexto nacional, como a:

- 1) disponibilidade de bons livros na maioria das escolas brasileiras;
- 2) tomada de consciência por parte de educadores e de parcela significativa de brasileiros da importância da capacidade leitora da população;
- 3) compreensão da responsabilidade maior e intransferível da escola na capacitação de seus alunos para leitura eficiente. (Lajolo, 2012, p. 165).

Como exposto, há uma vontade política que vem construindo tanto leitores como a ideia de que leitura é um hábito importante. Concomitante há também o movimento da indústria editorial com a criação de selos editoriais para a faixa etária de jovens adolescentes; a indicação anual de prêmios institucionais para a categoria juvenil e a seleção regular de obras literárias para programas governamentais que possibilitaram o surgimento de novos autores e obras publicadas entre o final do século XX e a primeira década do século XXI. Há também outros dois vieses, que correm em uma esteira paralela, para o aumento da produção: as modificações culturais e tecnológicas. As culturais possibilitaram a emergência de temas diversos e sua circulação em livros; e as tecnológicas ampliaram as possibilidades de publicação de novos escritores.

Essa nova geração de escritores de literatura infantil e juvenil tem abordado, nas obras, temas atuais e polêmicos, e criado soluções estéticas inovadoras na busca por estabelecer um diálogo mais próximo do leitor adolescente. A violência, as drogas, o preconceito, o *bullying*, a separação dos pais são temas recorrentes nas narrativas, que também falam de amor, amizade, descobertas, superação e crescimento. Alguns desses temas, como a morte, a violência, os conflitos sociais e familiares, o refúgio, se tonaram cada vez mais presentes nas narrativas infantis e juvenis, marcando fortemente a produção contemporânea.

Como elo essencial da cadeia que culmina na prática de leitura, as editoras e os autores têm uma função que vai além da produção dos livros. A função social está em ampliar o acesso aos livros, em estimular a cultura letrada, em incentivar a leitura, em participar da mediação cultural. Papel esse também pertencente aos

professores, bibliotecários, distribuidores, a todos que participam deste caminho que o livro percorre até chegar às mãos do leitor.

3.4 Uma literatura que acolhe

Falar de processos de deslocamentos forçados, tão sofridos para os que os vivenciaram, torna-se mais viável quando nos aliamos à literatura para nos conectar com dada realidade. O trânsito por esse universo ficcional exercita a alteridade, o desejo de nomear e compreender melhor sentimentos decorrentes do não pertencer, e nos lança ao desafio que é a reconstrução da identidade em um novo contexto, em um lugar em que a língua e a cultura são diferentes. Tendo em vista a discussão empreendida, é notório que, além de constituir fonte de prazer e fruição, a literatura satisfaz nossa necessidade universal de ficção e fantasia, pois constitui um meio de conhecimento do mundo e do ser, e amplia nossas vivências. Nessa medida é que podemos definir a literatura como humanizadora, uma vez que faz com que o leitor viva por meio da e na ficção. Trata-se também de uma literatura que contribui para a formação do leitor, posto que promove o alargamento dos seus horizontes, conduzindo-o a visões críticas e reflexões acerca da realidade.

É indispensável destacar, todavia, que mais do que reflexões e aventuras, tais narrativas promovem a emancipação. Nessa perspectiva, Coelho (1991) relata que o objetivo é:

(...) preparar psicologicamente os pequenos leitores para enfrentarem sem ilusões, mais tarde ou mais cedo, as dores e sofrimentos da vida. São livros que escolhem como problemática temas de sempre, como a morte; ou temas mais recentes e não menos dolorosos (...) as injustiças sociais; o racismo; as crianças abandonadas; a marginalização da mulher, etc. É, via de regra, uma literatura pessimista que se fecha para a vida plena. Claro sinal destes tempos de violência e desequilíbrios, invadindo todos os recantos da vida humana. (Coelho, 1991, p. 265).

Ao passo que a crítica literária Nelly N. Coelho (1991) nos apresenta que a literatura pode construir imaginários sociais que apresentam duras realidades a

crianças leitoras e assim a prepara para a vida a antropóloga Michèle Petit (2008), por sua vez, entende que a literatura também apresenta uma função terapêutica. Sua afirmação se dá fundamentada na reflexão que em momentos de crise e desamparo, o texto literário pode estruturar o caos presente no interior das pessoas, promovendo um equilíbrio psíquico. A leitura é uma possibilidade de confronto das próprias experiências vividas com outras vivências, especialmente porque o autor de um livro pode nos dizer muito com suas palavras. Através da leitura, podemos reorganizar nosso mundo interior e também compreender melhor o mundo exterior (Petit, 2008).

A literatura pode ser, em todas as idades, um caminho privilegiado para se construir, se pensar, dar sentido à própria experiência, à própria vida; para dar voz ao sofrimento, dar forma aos desejos e aos sonhos (Petit, 2008). A antropóloga estabelece as relações entre a prática da leitura e as possibilidades de reflexão e da significação das experiências vividas. Segundo a autora:

(...) O que determina a vida dos seres humanos é em grande medida o peso das palavras, ou o peso da sua ausência. Quanto mais formos capazes de nomear o que vivemos, mais aptos estaremos para vivê-lo e transformá-lo. Enquanto o oposto, a dificuldade de simbolizar, pode vir acompanhada de uma agressividade incontrolada. Quando se é privado da palavra para pensar sobre si mesmo, para expressar sua angústia, sua raiva, suas esperanças, só resta o corpo para falar: seja o corpo que grita com todos seus sintomas, seja o enfrentamento violento de um corpo com outro, a passagem para o ato. (Petit, 2008, p. 71).

Para além de nos libertar do silêncio da matéria a literatura dá subsídio para viver e transformar a realidade. Segundo Petit (2008), é bastante antiga a ideia de que os livros podem contribuir para o bem-estar das pessoas, ajudando na reconstrução de si e dando mais sentido à vida em situações de crise, sejam elas causadas por uma guerra, por uma violência repetida, pelo deslocamento forçado de populações ou por problemas econômicos abruptos.

A autora relata, ainda, que existem programas de leitura desenvolvidos em diferentes lugares do mundo para ajudar crianças, jovens e adultos na construção de um espaço psíquico capaz de sustentar sua posição de sujeito, especialmente em situações de crise e desamparo. Petit (2008) defende que os textos ajudarão a produzir sentido, a organizar uma experiência e, em particular, a elaborar uma

espécie de narrativa interna que desempenha um papel essencial na construção ou reconstrução de si.

Para Petit (2008), quando se trata de contextos difíceis, em que a leitura ou mesmo habilidades linguísticas podem ser necessárias, e onde as palavras e a concentração foram perdidas devido a traumas, o mais importante pode ser o acompanhamento antes, durante e após a leitura. Quem lê histórias para crianças sabe que: quanto mais violento o contexto, mais vital é manter espaços para respirar e pensar. Tentar fazer sentido para controlar um pouco o medo. Para moldar o que não conseguimos colocar em palavras.

De acordo com Arizpe (2012), tradicionalmente, os livros infantis são encontrados e lidos na família, escola, biblioteca e outras instituições culturais, mas as condições globais de migração e deslocamento também exigem sua presença e uso em diferentes espaços, geralmente sites. Em contextos frágeis, onde grupos e indivíduos que tiveram que deixar seu local de origem se encontram – seja devido a conflitos armados, desastres naturais, violência ou pobreza –, experiências traumatizantes convergem, mas também uma riqueza de diferentes idiomas, culturas e tradições, que podem ser coletadas e contidas através da narração e leitura de histórias. Assim, a literatura infantil se torna um recurso valioso para ajudar a criar um espaço nessas comunidades emergentes, onde são incentivados momentos compartilhados de recreação e interação social e cultural.

Histórias e literatura para crianças não são apenas o primeiro passo no desenvolvimento da linguagem e na aquisição de habilidades essenciais, mas também na construção de um senso de “eu” e pertencimento, ao mesmo tempo que cria conexões com os “outros” e com seus mundos. A junção entre pertencimento e conexões com os outros ajuda o leitor a se olhar, a se posicionar e a refletir sobre o que vê ao seu redor; estabelecer laços entre o passado e o presente; e olhar para o futuro. Para Arizpe (2012), livros e histórias podem ser ferramentas poderosas e amigáveis para a coesão da comunidade e da transformação social. Para a autora, a literatura tem a virtude de abrir um espaço de encontro entre a cultura representada pelo texto e o contexto cultural do leitor. Em um mundo cada vez mais diversificado, esse potencial é valioso, pois as experiências de vida, os textos e práticas que o leitor traz para o ato de ler contribuem para a criação de significado, que, por sua vez, tem a capacidade de acolher e transformar o leitor.

Cabe aqui reconhecer a complexidade do fenômeno da literatura, mas sem a ingenuidade de pensar que um livro poderia mudar o mundo, mas “[os livros] podem fazê-lo, ao menos, mais habitável.” (Reyes, 2012, p. 28). Ainda nesta direção, segundo Petit (2008):

O espaço íntimo que a leitura descobre, os momentos de compartilhar que ela não raro propicia, não irão reparar o mundo das desigualdades ou da violência – não sejamos ingênuos. Ela não nos tornará mais virtuosos nem subitamente preocupados com os outros. Mas ela contribui, algumas vezes, para que crianças, adolescentes e adultos, encaminhem-se no sentido mais do pensamento do que da violência. Em certas condições, a leitura permite abrir um campo de possibilidades, inclusive onde parecia não existir nenhuma margem de manobra. (Petit, 2008, p. 13).

É preciso compreender que a leitura desempenha um papel importante na formação de nossa subjetividade, na construção de nossas sensibilidades, ajuda a decifrar nossas experiências cotidianas, nos confronta com outras vozes, sendo assim, uma experiência formadora, lúdica, ética e estética e de confrontos e incertezas. Nessa perspectiva:

(...) não se deve confundir elaboração da subjetividade com individualismo, nem tampouco sociabilidade com gregarismo. Ler não nos separa do mundo. Somos introduzidos nele de maneira diferente. O mais íntimo tem a ver com o mais universal, e isso modifica a relação com os outros. A leitura pode contribuir, desse modo, para a elaboração de uma identidade que não se baseia no mero antagonismo entre ‘eles’ e ‘nós’, minha etnia contra a sua, meu clã, meu povo ou meu ‘território’ contra o seu. Pode ajudar a elaborar uma identidade em que não se está reduzido apenas a laços de pertencimentos, mesmo quando se tem orgulho deles, e levar à construção de uma identidade plural, mais flexível, mais adaptável, aberta ao jogo e às mudanças. (Petit, 2013, p. 55).

Perante o exposto, seja na perspectiva de conduzir ao caminho do pensamento em contraposição à violência e/ou na construção de identidade plural e aberta ao jogo (Petit, 2013), a literatura também pode contribuir na construção de um outro diferente, mas não como antagonista. Isto é, um outro na diferença, entendendo a diferença como distinto de indiferente ou desigual, apenas um não igual, sujeito, com singularidade, experiência e subjetividades. Dessa forma, os textos analisados nesta dissertação reconhecem não apenas a experiência do migrante, mas também

convidam os leitores que não viveram essas experiências a questionar seus preconceitos e a tomar consciência da construção de experiências e histórias.

Para Compagnon (2009, p. 47), a literatura deve ser estudada e lida justamente por oferecer um meio “de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida”. Sendo a literatura o outro na minha relação com o mundo, surge a inquietude da pergunta: o que esse outro me diz e como ele me afeta?

4 ANÁLISE DAS OBRAS

O corpus desta dissertação foi formado a partir de muita pesquisa e idas a livrarias; foi preciso encaixar, eliminar, garimpar, para chegar ao resultado final dos cinco livros analisados. *Para onde vamos*, *Migrando*, *O sol é um cometa que não deu certo*, *A menina que abraça o vento* e *Refugiados* propunham exatamente o que eu procurava: fomentar a discussão sobre a questão do refugiado com protagonistas crianças e a abordagem – mesmo de forma lúdica – das questões mais duras que envolvem a situação de deslocamento forçado.

Cada personagem que compõe o corpus tem uma trajetória ímpar, apesar de as histórias apresentarem alguns traços em comum. Todas as crianças seguem acompanhadas pelos pais, apesar de em *Para onde vamos* a protagonista viajar somente com o pai e em *A menina que abraça o vento*, com a mãe. A guerra é o grande motivador das travessias, temos a Segunda Guerra Mundial, a guerra da Síria, a guerra do Congo, mas também há a fuga por questões políticas e em busca de melhor qualidade de vida; *Para onde vamos* é o único que não cita o motivo pelo qual migram. Esse vazio de explicações que envolve *Para onde vamos* se repete quando pensamos em que país ou cidade a história começa e termina. Com exceção deste livro, em todos os outros acompanhamos e sabemos o ponto de partida e de chegada. Uma questão que também perpassa todos os livros é a do acolhimento do refugiado no novo país, a vivência da alteridade e a experiência da recepção pelo local.

No intuito de complementar os capítulos anteriores, que discutem a questão do refúgio e da literatura voltada para crianças e jovens, este capítulo é dedicado à análise do corpus. Rearticula alguns assuntos já abordados, entrelaçando-os às histórias ficcionais selecionadas.

4.1 Para onde vamos

Para onde vamos (2016), escrito por Jairo Buitrago e ilustrado por Rafael Yockteng, publicado em edição brasileira pela Editora Pulo do Gato, narra a viagem

de uma menina e seu pai. Assim é descrito na quarta capa do livro. Podemos supor que esse anonimato possibilita que muitos refugiados se vejam representados nesses personagens, podendo ser muitas Marias, Anas, Pedros, Joãos, todos aqueles que um dia passaram por situação semelhante. O anonimato também pode evocar a linguagem das narrativas tradicionais, dos contos clássicos, em que os personagens costumam não ter nome, mas são tipos: a princesa, o rei, a madrasta, o lenhador, etc. Uma terceira opção é que o anonimato possa estar vinculado a uma estratégia protetiva, que evidencia a situação de vulnerabilidade dos migrantes, cujos nomes muitas vezes não devem ser apresentados, sob o risco de expô-los à perseguição.

A menina não sabe para onde vão, o pai é quem a leva. Não sabemos se existe uma mãe, ou talvez ela possa ter ficado no país de origem ou os espera onde querem chegar. Não é posto de onde saem, nem o destino final, o leitor espera com a mesma curiosidade da personagem que pergunta “para onde vamos?”. Apesar das dificuldades que eles enfrentam, a menina nunca reclama ou pergunta o habitual “falta muito?”. Cria-se, então, uma cumplicidade entre a protagonista e o leitor.

O cenário apresentado, as feições dos personagens e o texto que acompanha as últimas páginas do livro – assinado por Patricia Aldana (ALDANA In Buitrago, 2015), presidente da Fundação IBBY– nos fazem atentar para a realidade que não ilustra somente a história: o fluxo migratório na América Central e México envolve, todos os anos, milhões de pessoas, e, destes, cerca de 100 mil crianças tentam a travessia para os Estados Unidos em busca de melhores condições.

No verso da capa e na dedicatória encontramos outra informação que pode passar despercebida como uma simples ilustração, mas que possibilita ao leitor construir representações e agregar dados para apreciar a narrativa. A caixinha e os bonecos artesanais que parecem compor uma espécie de corrente, um do lado do outro, são os *quitapenas*, que, segundo a lenda, ajudam a resolver problemas. Segundo a tradição da Guatemala e do México, basta colocar um para cada problema embaixo do travesseiro e, quando a pessoa acordar, eles terão cuidado de cada dificuldade e ela estará resolvida. Essas imagens dão indícios do local em que se passará a história e do que será apresentado nela e, como manda a tradição, injetam a esperança de que os problemas revelados serão resolvidos.

As imagens têm papel especial na narrativa, elas são responsáveis por um descompasso entre o que acompanhamos na narração da menina e o que vemos nas cenas, agregando informações e ampliando a experiência da leitura. As imagens

oferecem ao leitor um lugar privilegiado, e conferem dramaticidade aos que vivem na viagem em busca de um novo lugar. Imagem e texto enriquecem, cada um à sua maneira, a história, na mesma proporção. É como se as ilustrações nos falassem o que o pai sabe, mas silencia, sem revelar à filha; é sua consciência dos perigos da travessia. No texto escrito, lemos o ponto de vista da menina. É ela quem narra a história e nos conta o que vai vivenciando na jornada que inicia de maneira muito animada, como em uma viagem de férias, e vai ganhando contornos mais tensos, mas, ainda de modo ingênuo, acompanhamos o que a ela se descortina.

A parceria do ilustrador Rafael Yockteng com o escritor Jairo Buitrago não é recente. *Para onde vamos* é o quarto livro deles. *A caminho de casa* (2012) *Eloisa e os bichos* (2013) e *Emiliano* (2014) apresentam o mesmo movimento de descompasso entre imagem e texto verbal, e os dois primeiros também tocam a temática social. Em *A caminho de casa* a protagonista tem de lidar com a falta de dinheiro, a ausência do pai e os afazeres domésticos, enquanto a mãe trabalha fora e em *Eloisa e os bichos* a menina se sente uma estranha ao se mudar com o pai para uma nova cidade.

No livro *Para onde vamos*, a idade da menina não é apresentada no texto, mas pelas imagens podemos perceber que é bem pequena. Na página com o título do livro ela aparece sentada com uma mochila aberta, uma blusa amassada e um coelho cinza de pelúcia para acompanhá-la no caminho. A história começa com a protagonista contando as “cinco vacas, quatro galinhas... um burrinho e cinquenta pássaros lá no céu”. Ela diz que: “Quando viajamos, eu vou contando tudo o que vejo.” (Buitrago, 2016). O que pode ser contar no sentido de enumerar ou contar no sentido de narrar e dividir com o leitor essa história.

Pelo olhar da menina (que acompanhamos no texto escrito), a travessia do rio em embarcações improvisadas parece não chamar atenção, mas o leitor começa a entender as condições em que se inicia a viagem. Eles vão atravessar uma fronteira – na ilustração há uma placa indicando “Fronteira” –, em uma balsa improvisada, aparentemente sem nenhuma segurança, acompanhados de algumas caixas, sendo a única que aparece o nome do produto, de “Rum-Tom”. Não há nenhuma indicação de que essa maneira de cruzar a fronteira seja lícita, e não há nenhuma figura de autoridade presente.

Para a menina, as pessoas que vivem ao longo da linha do trem não causam espanto, mas o leitor observa as fisionomias e as condições precárias que mostram

uma moradia que se deseja provisória. A menina não vê ou não entende por que as pessoas sobem no trem de maneira perigosa e clandestina (exatamente nesta parte não há texto escrito – narração da menina –, só imagens que o leitor acompanha).

A menina aprecia a viagem em cima do trem na companhia do pai e brinca ao ver as nuvens no céu formando desenhos, construindo seu mundo imaginado. Abaixo o leitor observa as condições perigosas em que todos estão viajando, a realidade. Ao ter que descer, ela não vê os policiais interceptando o trem e detendo aqueles que conseguem capturar. A inocência da menina é tão grande neste momento que sua fala é: “Mas algumas vezes é preciso parar. Porque quem nos leva, nem sempre vai onde queremos ir” (Figura 1), como se o pai a carregasse no colo para fora do trem por vontade. Na ilustração, ela aparece com os olhos fechados, e como estão indo na direção contrária, não vê os homens fardados com armas gritando e esbofeteando o boné de um migrante de maneira violenta. Mas algo fica marcado dessa experiência, a última vez que conta nuvens, as montanhas tomam a forma dos agentes da patrulha da fronteira, que mostram seu grande poder. Essa página dupla traduz toda a ingenuidade da protagonista, e se o leitor não tiver idade para compreender, cabe ao adulto mediador adensar a experiência de leituras das crianças, a partir de comentários sobre esta pequena frase.



Figura 1 - Pai e filha escapam da ação dos policiais

As interações entre os códigos icônico e textual presentes nos livros ilustrados instigam os leitores a experimentar diferentes hipóteses combinatórias. Em outras palavras:

Em lugar de a relação palavra-imagem esclarecer e explicitar mais o detalhe, a perspectiva e os eventos da dupla narrativa, cada vez mais os trabalhos desafiam o leitor, introduzindo ambiguidade (...). Como resultado, os leitores são obrigados a chegar a suas próprias propostas, suas próprias resoluções, e a juntar forças com os autores-ilustradores na criação da ambientação, da história e da interpretação. (Nikolajeva; Scott, 2011, p.327).

Retomando ao conteúdo da narrativa do livro em análise, a vulnerabilidade da travessia que eles enfrentam não é visível para essa garotinha nem no momento em que fazem o deslocamento pelo rio, nem no trem. Mas nas duas ocasiões eles estão sempre rodeados por uma presença: o coioote vigilante (Figura 2).

Ilustrado como um desprezível animal que os acompanha em vários momentos, sabemos que o nome tem uma interpretação dúbia: coiotes são pessoas pagas para ajudar os migrantes a cruzar a fronteira, e esse pagamento normalmente é uma grande quantidade de dinheiro. E enquanto esses coiotes humanos não extorquem tudo de seus clientes, não se dão por satisfeitos, e algumas vezes apenas tomam o dinheiro e os abandonam à própria sorte. É aí que percebemos que as ilustrações sempre nos deram “pistas” das reais intenções do personagem: na travessia ele aparece como quem negocia com a pessoa da embarcação, atravessa com eles, corre quando há um perigo iminente e não aparece na última ilustração, quando ainda há o risco de a menina e o pai serem detidos ou deportados.

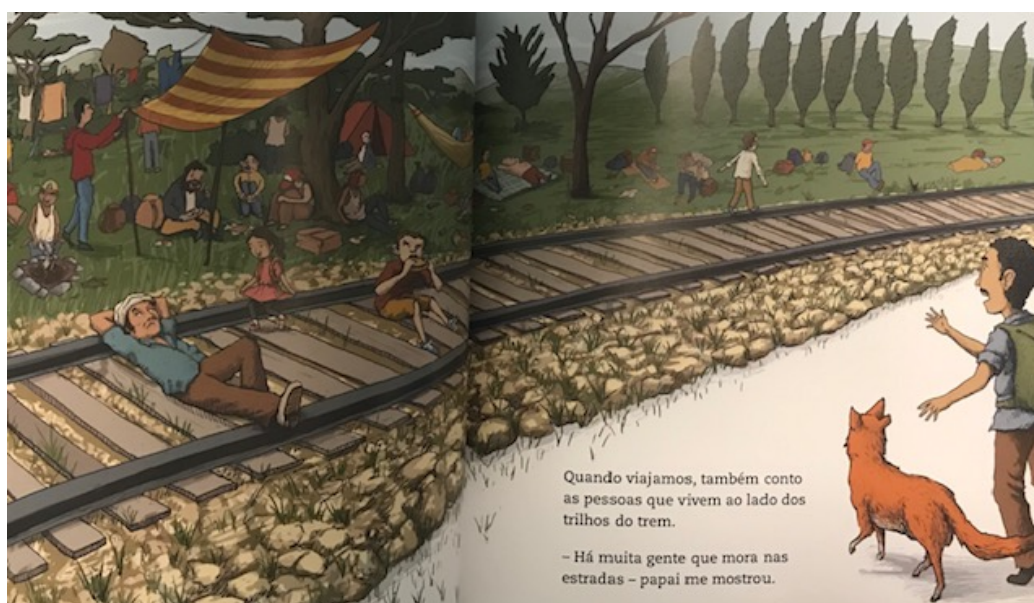


Figura 2 - Pessoas vivendo próximo a linha do trem

A menina precisa se adaptar a situações diversas e é em uma nova cidade que conhece um menino de idade próxima. Ela conta com a solidariedade do povo daquela localidade, pois, enquanto o pai precisa sair para o trabalho, ela fica em casa. Ela volta a narrar, como fazia nas primeiras páginas, e vemos alguns desenhos também. Não há como definir se são da menina ou do menino, mas há o registro de pessoas em cima dos trens (inclusive como se houvesse um incidente e uma estivesse caída), uma pessoa correndo num campo (não há como saber se por felicidade ou fugindo de alguém) e um rosto com um sorriso inexpressivo.

Considero relevante que a possibilidade da experiência não está exatamente na novidade, mas na própria construção de sentido da criança diante do que ela viu, ouviu, durante a travessia. Nesse ponto, faz necessário lembrar de como Benjamin (2012) compreende o ato de narrar para criança e para o adulto. Em suas palavras: “O adulto, ao narrar uma experiência, alivia seu coração dos horrores, goza duplamente uma felicidade. A criança volta a criar para si todo o fato vivido, começa mais uma vez do início.” (Benjamin, 2012, p. 271).

Sempre que o menino aparece, está com os dois olhos bastante vidrados na menina, não conseguimos definir se está feliz com sua companhia ou preocupado, ou mesmo se ainda não conseguiu digerir aquela presença. No entanto, quando o pai e a menina trocam de cidade mais uma vez, a garota ganha de presente do amigo seus dois coelhos brancos – título original do livro: *Dos conejos blancos*. Coincidentemente, são dois coelhos, assim como ela e o pai. Cabe a possibilidade de interpretação que os animais possam ser a representação dos protagonistas, pois, para alguns povos, os coelhos simbolizam prosperidade, recomeço, e a menina vê nos dois novos companheiros de viagem a esperança necessária para quem ainda precisa enfrentar um muro – que não vemos onde termina, tamanha sua extensão, dando a dimensão da fronteira (intransponível). O muro avança horizontalmente pela esquerda e pela direita – e mais um longo caminho que divide o presente do futuro almejado. Esse impedimento da entrada que vem sendo tão discutido ultimamente com o muro proposto pelo atual presidente estadunidense.

E acabamos o livro, assim como a menina, sem saber se eles tentam escapar de uma guerra, da falta de trabalho ou de algum tipo de perseguição. Se ela e o pai conseguirem atravessar o muro ou se já o atravessaram. O livro não fecha nem conclui o que ocorreu ao pai e a sua filha. O certo é que chegaram à fronteira, ao

muro que divide dois mundos. O fato é que vemos somente os dois coelhos, que podem ter sido propositalmente deixados pela impossibilidade de os levarem consigo, podem ter sido deixados em liberdade ou podem estar fugindo de uma cena muito difícil. O final em aberto permite que cada leitor escolha a interpretação que desejar. Sem um sentido fixo, o final é incerto como a trajetória dos refugiados, que mesmo chegando a algum território, este pode ser temporário e passível de imprevistos. O final aberto encoraja o lúdico, o inusitado, permitindo, desta forma, invenções por parte dos leitores.

Para onde vamos evita uma visão estigmatizante, vitimizadora e homogênea dos refugiados. Mostra as mazelas do percurso e valoriza as pequenas sutilezas que atravessam o caminho do pai e da menina. É capaz de provocar reflexões, permitindo ao leitor – mesmo o mais jovem – despertar para o tema das migrações forçadas. O livro encoraja os leitores a perceber o mundo e a realidade que nos cerca, possibilitando a formação de cidadãos capazes de entender a realidade social. Sobre essa função da literatura, Coelho discorre:

Desde as origens, a literatura aparece ligada a essa função essencial: atuar sobre as mentes, nas quais se decidem as vontades ou as ações; e sobre os espíritos, nos quais se expandem as emoções, paixões, desejos, sentimentos de toda ordem [...]. No encontro com a literatura (ou com a arte em geral) os homens têm a oportunidade de ampliar, transformar ou enriquecer sua própria experiência de vida, em um grau de intensidade não igualada por nenhuma outra atividade (COELHO, 2000, p. 29)

A narrativa de Buitrago pratica essas funções milenares atribuídas à literatura, ecoando a citação de Coelho (2000), incentivando o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social.

4.2 Migrando

Em *Migrando* (2015), Mariana Chiesa Mateos conta, somente com ilustrações, a história de duas migrações. Uma do início do século XX, quando

navios carregados de italianos, espanhóis, irlandeses, alemães, poloneses e franceses deixaram os portos europeus para cruzar o oceano e chegar às Américas. E outra, atual, onde as embarcações atravessam o Mediterrâneo, transportando magrebe, eritreus, curdos iemenitas, sudaneses e paquistaneses para chegar às costas da Europa.

Migrando mostra como a palavra migrante pode evocar fragilidade, mas também coragem e futuro. O livro é dedicado aos que deixaram sua terra para reexistir em outros lugares e a todos os que pensam que as pessoas também pertencem à espécie migratória. A história foi inspirada na trajetória de vida da autora: filha de europeus que emigraram para a América do Sul, aos 30 anos ela fez o caminho inverso de seus pais, mudou-se para a Europa.

Tudo parece ser duplo e relacionado neste livro que é ao mesmo tempo delicado e forte. A autora compara como se deu o trajeto e a recepção nas histórias paralelas. Uma de avião, outra de barco; uma marcada pela colaboração, outra, pelas grades; uma narrada pela avó, outra vivida por ela.

Um livro habitado por malas que carregam sonhos, por oceanos que separam destinos, pelas aves migratórias de longas asas que transportam pessoas, por árvores com galhos e raízes que lembram as raízes familiares. A simbologia do livro é o que dá o tom poético à narrativa. A constituição das imagens, que estão longe de ser meros ornamentos, preenche as páginas da obra com a função de atrair o olhar do leitor para a situação do migrante. Desde o verso da capa preenchido de malas e pássaros híbridos de humanos – repetido nas duas narrativas e com sua forte carga simbólica – a autora não deixa praticamente escapar nenhuma página em branco. Essas representações geram o conhecimento necessário para enxergar as dificuldades enfrentadas apenas com ilustrações. Tamanho, formato, cor, textura, composição, tudo requer uma análise cuidadosa para decodificar sinais visuais, construir sequências e gerar hipóteses que serão confirmadas ou redefinidas à medida que a leitura progride.

A ausência da descrição verbal também coloca o leitor mais firmemente no lugar de um personagem imigrante. Não há orientação sobre como as imagens podem ser interpretadas, e os leitores devem procurar seus significados. Outro livro que aborda somente com imagens a trajetória de migrantes é *A chegada* (2011), de Shaun Tan. A história de um homem que, em busca de melhores condições, deixa esposa e filho em uma cidade empobrecida. Com uma mala e um punhado de

moedas, ele precisa encontrar um lugar para morar, comida e um emprego. Ele é ajudado ao longo do caminho por estranhos, cada um carregando a própria história. Assim como *Migrando*, mostra as várias faces que o deslocamento forçado pode ter. E como elemento de ligação trazem a mala, símbolo daqueles que precisam partir levando somente o necessário.

Encontro e separação são ideias que perpassam a narrativa de Chiesa (2015). O movimento de junção e disjunção entre a menina e a mãe, e também entre sua mãe e sua avó, acompanha toda a trajetória do livro. Sentimentos de saudade e solidão também aparecem representados na imagem da jovem que deixa a mãe. Um dos paratextos que compõe o livro *Migrando* diz que seu bisavô nunca mais voltou para a Europa, seu avô só voltou a ver a mãe de Mariana depois de quarenta anos, a avó, porém, vinha com mais frequência e os abraços de despedida ficaram marcados em sua memória.

Por ser tudo muito visual, a ideia inicial do livro era ser um curta-metragem de animação. Depois, a autora decidiu publicar um livro. E para realizar a edição portuguesa, a Anistia Internacional colaborou com a divulgação. Por acreditar na conexão entre literatura infantil e Direitos Humanos, a Anistia Internacional investe em programas de literatura infantil, para que os mais jovens possam entender o que são os Direitos Humanos⁷. E esse incentivo pode vir na forma de publicação – com custeio total da edição –, coedição ou colaboração com alguma das etapas.

As duas partes do livro começam com o mesmo paratexto, um texto verbal introdutório que explica as condições do refúgio e a estrutura do livro. Na página seguinte, encontramos as informações sobre a autora. Na sequência, cada parte traz um texto curto que se relaciona com suas imagens e tem suas particularidades, um paratexto que explica um pouco do que será apresentado nas páginas seguintes.

Por uma questão cronológica, esta análise começará pela história que Mariana conta sobre seus familiares que “chegaram à Argentina em navios enormes, deixando na Europa guerra e fome” (Chiesa, 2015), como indica o paratexto. Mas a autora orienta: “este é um livro de desenhos, e a história é o leitor que reinventa. Não existe um olhar único nem um único final possível.” (Chiesa, 2015). Mas a literatura já não teria esse caráter lúdico e crítico, permitindo que seus leitores criem as próprias narrativas a partir de suas interpretações?

⁷ Mais informações podem ser encontradas no site, no endereço:

<<https://www.amnesty.org.uk/childrens-fiction-books-human-rights-children-teaching>>.

Na ocasião, Mariana diz que migrante era uma bela palavra, era sinônimo de coragem, esperança ou futuro. E as primeiras ilustrações são de pássaros com cabeças que lembram humanos. Que voam livremente pelas árvores. Da janela do carro, são observados por uma menina.

O verbo migrar – tão comumente associado aos pássaros, devido a mudanças cíclicas e ambientais – mescla suas duas definições. Como se fosse por mágica, a menina aparece voando junto a uma ave, em seguida é levada para junto de uma mulher, que aparentemente é sua mãe. Ela lhe conta sobre a guerra e sobre a travessia pelo mar.

Na ilustração da guerra, árvores com a copa vermelha, como se pegassem fogo, e pássaros dividem espaço com homens com armas em punho, como se os pássaros fossem os migrantes sendo atacados. O que pode ser encarado como uma tentativa de suavizar a história, como nas fábulas que se utilizavam de animais em ações humanas, a autora usa dos pássaros para representar a debandada daquelas terras. Na página seguinte, quando começa a travessia, ficam para trás as árvores e os homens armados, e os pássaros seguem junto aos navios. A vulnerabilidade destas vidas migrantes que atravessam clandestinamente as fronteiras é, desse modo, construída.

São muitos gêneros, etnias e idades entre os migrantes. Todos com traços europeus. Eles constroem as próprias casas e o fluxo de imigrantes não cessa. É quando chegamos à metade do livro e os desenhos das duas narrativas se encontram. Em uma das margens estão as casas construídas pelos migrantes, e a menina com uma mala ao seu lado e o céu tomado pelos pássaros; na outra margem, uma floresta e uma mulher com mala e uma pasta de trabalho nos ombros.

No texto introdutório do começo dessa segunda narrativa do livro, um tom mais alarmante: “o mundo ficou às avessas. Da Europa já não se parte, é lá que se chega... o mar tornou-se uma palavra amarga” (Chiesa, 2015). Diferente da anterior, esta parte é habitada pela água, de oceano a mares, que une e separa. E por ser a história da própria Mariana, uma narrativa um pouco mais afetiva: “Um livro sem palavras. Talvez porque as palavras se esconderam à espera da maravilha de um gesto” (Chiesa, 2015).

De uma forma mais amorosa, representadas pelas páginas tomadas de corações, duas mulheres, aparentemente mãe e filha, se despedem. Uma delas traz

junto ao corpo uma mala. Os corações as acompanham até a fila de embarque no aeroporto.

Do avião, a filha vê embarcações lotadas. Ao se aproximar de uma costa, não é só ela quem observa a chegada de um desses barcos. Os banhistas também os notam e se voluntariam a ajudar. Nessa hora, percebemos a distinção da ilustração ao retratar o migrante e o restante da população: um é feito de cores, vestes de banho, e o outro todo pintado de preto, sem roupas. Na sequência chegam policiais e uma ambulância. Todos observam a cena, um homem filma com uma câmera, só um garoto não vê, sua mãe lhe tampa os olhos. Mas o leitor vê, então o livro pode estar criando aqui uma diferença importante entre a atitude de proteção e de exposição: o personagem não deveria ver, mas o narrador extradiegético o apresenta. O que nos faz pensar em Butler (2015) e sua ideia segundo a qual existem esquemas de reconhecimento que determinam *quem* será identificado como sujeito que merece o reconhecimento. Tais esquemas poderiam ser chamados de “processos diferenciados de reconhecibilidade” [*recognizability*] e designariam processos permeados por relações de poder e de desigualdade centrais para a articulação de qualquer *cena de reconhecimento*. Quando essas vidas estão fora das cenas de reconhecimento – como é o caso dos refugiados —, tornam-se vidas que não são identificadas como tal, na medida em que não se enquadram nas normas que definem que sujeito pode e qual não pode ser reconhecido; vidas que estão em *risco*. Isso significa que a luta entre vida e morte permanece e é interna às lutas por reconhecimento.

Na página seguinte, mais desses personagens pintados de preto aparecem, dessa vez atrás de grades. Com grades ainda, mas dessa vez na frente, aparecem homens, mulheres e crianças de diferentes etnias, mas agora com traços africanos, muçulmanos e latinos. Um contraponto a ilustração da outra parte, em que os personagens são dispostos na mesma ordem, um ao lado do outro (figura 3).

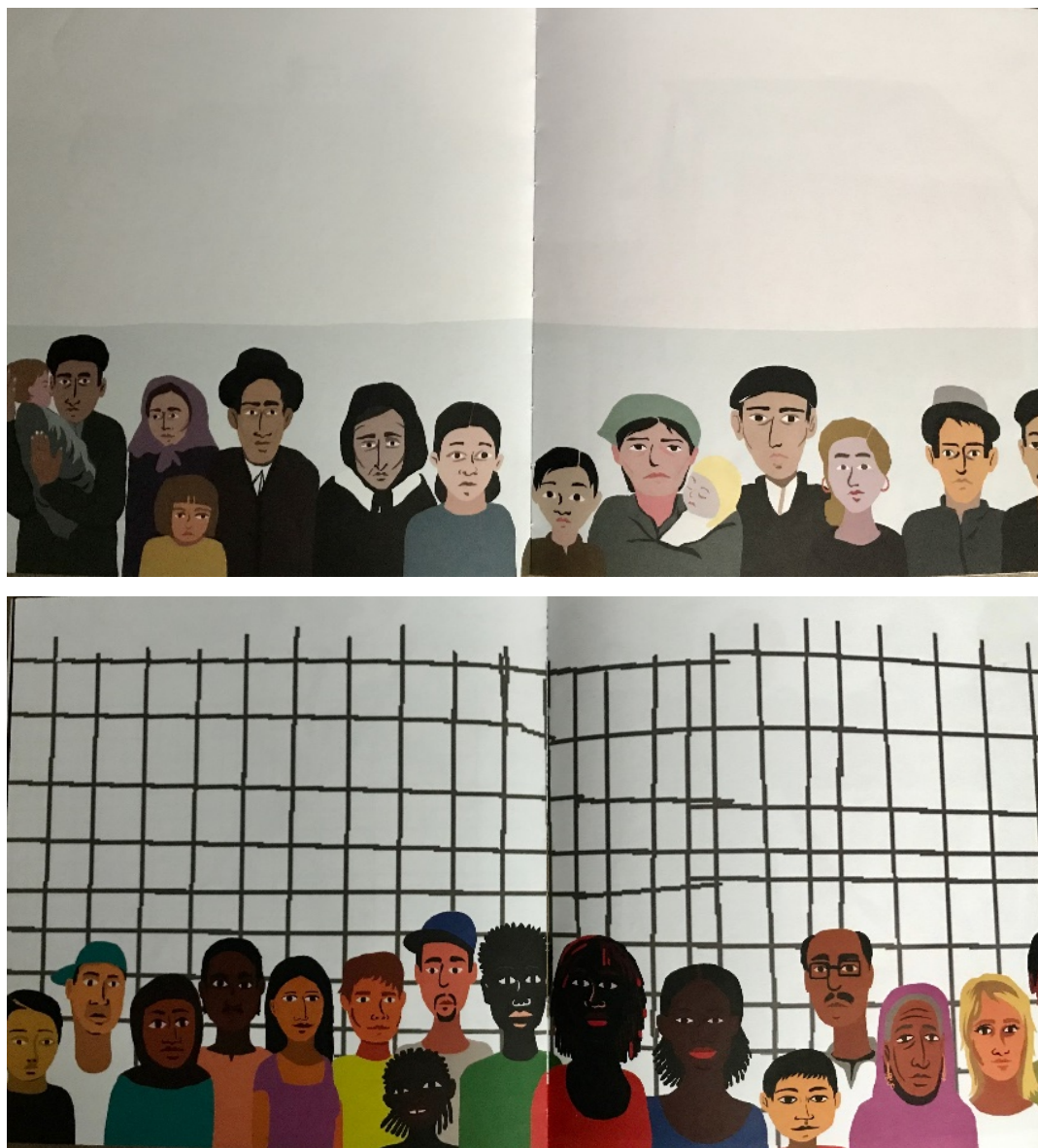


Figura 3 - Paralelo entre duas situações de refugiados

A narrativa é interrompida e voltamos à mulher que estava no avião, observando o migrante chegar à costa. Agora ela está na esteira do aeroporto, pegando sua mala. Sua imagem quando sai do lugar e, na página seguinte, a dos pássaros com cabeças humanas nos fazem pensar que, a partir daquele momento, ela também é uma migrante. Também é um pássaro em busca de melhores condições. É na página seguinte que há o encontro das histórias paralelas.

Não temos um final para nenhuma das histórias. Não parece desde o princípio ser esta a proposta da autora: um livro com início, meio e fim. A multiplicidade do livro – a proposta de mais de um ponto de vista – está relacionada também à proposta de um novo olhar sobre os refugiados. E o desfecho das histórias

não os posiciona em um lugar seguro, e sim os mantêm em fluxo – eles não chegam ao destino definitivo e se mantêm em viagem.

Os números apresentados no segundo capítulo desta dissertação, alertando para o crescente contingente de refugiados, por vezes ganham um rosto nas ilustrações de Chiesa. A representação dessas pessoas como sujeitos e a potência da literatura em humanizá-las, em apresentá-las como pessoas que tem uma história, família e sonhos, se faz presente em cada face que Chiesa detalha. Mas também são apresentados grandes grupos sem rosto definido, simbolizando todos que continuam sendo apenas números, com suas trajetórias invisibilizadas.

Migrando constrói significados na medida em que suas imagens simples possibilitam repensar nossa forma de ser, aproximando-nos da imagem de pássaros migrando. Permite-nos avançar na construção do entendimento da simbologia do migrante – na história, com as malas, quase como protagonistas, sempre ao lado, marcando essa transição e aguçando a curiosidade no leitor do que carregam e para onde vão. O livro cria um imaginário bastante rico sobre aqueles que precisam deixar sua terra e se reconstruir em outro lugar.

4.3 O sol é um cometa que não deu certo

O sol é um cometa que não deu certo (2017), escrito pelo recifense Tadeu Sarmiento e ilustrado pelo paulistano Apo Fousek, acompanha o cotidiano de Emanuel – nome em hebraico para a expressão Deus conosco –, um menino sírio cuja família está num campo de refugiados no deserto da Jordânia, fuga dos conflitos armados entre rebeldes e as tropas militares do ditador Bashar al-Assad, dentro da série de eventos que ficou conhecida como Primavera Árabe. Publicado pela editora SM, o livro tem o selo da coleção Barco a vapor.⁸

⁸ Lançada em agosto de 2004, a Barco a Vapor é a versão brasileira de uma das mais importantes coleções de literatura infantil e juvenil em língua espanhola, criada há mais de trinta anos. Segundo site da editora, fiel ao espírito aventureiro e sonhador dos dois personagens que a inspiraram – Tom Sawyer e Huckleberry Finn, criados pelo escritor norte-americano Mark Twain –, a coleção aposta na fantasia, na imaginação e na reflexão como meios de despertar o gosto pelos livros e formar

As poucas ilustrações do livro – 5 em um livro de 113 páginas – tem mais uma função de descanso visual e menos de enriquecimento para o texto verbal. As imagens, em preto e branco, exercem uma relação de complementaridade. Nikolajeva e Scott (2011), por sua vez, afirmam que, numa relação complementar entre texto escrito e texto visual, palavras e imagens preenchem suas respectivas lacunas, mas podem deixar pouco a cargo da imaginação do leitor, principalmente se ambos fornecerem o mesmo tipo de informação a respeito da ambientação, das características das personagens e das ações desenvolvidas ao longo da narrativa. Neste livro, a relação das ilustrações com o texto foi de reforço, elas não foram capazes de transformar o texto.

O título, uma metáfora do nomadismo dos refugiados, remete à origem dos cometas, astros sempre em trânsito. Relaciona o movimento do cometa no universo com o dos refugiados no planeta.

- Você sabe de onde vieram os cometas, Emanuel?
- Não, senhor.
- Na formação dos sistemas planetários, matérias que faziam parte de sóis se espalharam pelo Universo depois de grandes explosões, porque nas estrelas acontecem explosões o tempo todo, sabia disso?
- Não.
- Muito bem. O mais interessante é que essas matérias solares se resfriaram, criaram corpos e saíram vagando, e são esses corpos celestes que chamamos de cometas.
- Então o cometa é sol que não deu certo - afirmou Emanuel.
- O bom Emanuel! O bom Emanuel! Viu? Sabia que você era quem eu procurava.
- Para fazer o quê? - perguntou, cada vez mais atento ao que Omar dizia.
- O que precisa ser feito. Veja bem: nós estamos aqui no campo de refugiados, certo?
- Certo.
- E cada um de nós é um cometa, ou seja, um sol que não deu certo, como você mesmo disse. Mas aí é que está: não demos certo naquela galáxia, da qual fomos expulsos por causa de uma explosão, concorda comigo?
- Acho que sim.
- Porém isso não quer dizer que não daremos certo em nenhuma outra. Estamos vagando, estamos em trânsito, meu bom Emanuel. Encontraremos nosso lugar, o lugar em que daremos certo. O que me diz?
- É uma mensagem de esperança - disse Emanuel, baixinho, como se tivesse pensado alto.

leitores capazes de compreender melhor o mundo. Além disso, o autor contemplado ainda recebe um prêmio em dinheiro no valor de R\$40.000, na forma de direito autoral.

- Isso mesmo. Essa deve ser a mensagem, uma mensagem de esperança. Precisa contar isso para elas.
- Para as crianças...
- Viu só? Estamos afinados, meu bom. (Sarmiento, 2017, p. 76-78).

O enredo, ao mesmo tempo realista e poético, traz personagens empáticos. Emanuel é querido pelo povo, faz graça, é camarada. Suas relações são claras: o pai Youssef, a mãe, a irmã grávida que perdeu o marido num bombardeio, e seus amigos de campo – Kalil, o leal Nabir e a inquieta Amal.

Contra as condições precárias de habitação, a escassez de água e de comida, e, sobretudo, a vigilância dos guardas que rondam o local, Emanuel fantasia um futuro tão pleno e límpido quanto a ideia redentora que traz do mar, o que guarda de benevolente a outra margem oculta pela linha do horizonte.

Dentro do núcleo principal de personagens sobressai a relação entre Amal, que diz que vai embora e não sai do lugar, e Emanuel. Uma afeição velada ronda os dois. É nos diálogos que notamos um jogo de aproximações sobre as coisas do mundo. Ante o olhar poético sobre o “mar ser um céu de ponta-cabeça” Amal provoca: “E onde estão as ondas?”. “As ondas são as nuvens”, responde Emanuel (Sarmiento, 2017, p. 12).

Um aspecto interessante que se pode depreender dessa narrativa é que é protagonizada por uma criança, mas todas as demais personagens crianças assumem também certo protagonismo, transitando naturalmente entre a brincadeira num campo de refugiados e a guerra real.

É um narrador em terceira pessoa quem nos conta as aventuras de Emanuel. E é nas palavras desse narrador que Sarmiento (2017) investe na dimensão lúdica das imagens, nas comparações inusitadas: “e sentiu arrepios no coração (...) como se tivesse febre ou uma aranha peluda e costureira o tivesse envolvido em uma teia de gelo” (p.33)., “E como o sol pode ficar no céu e dentro dos olhos da gente ao mesmo tempo?” (p. 10), “Nabir tem cabelos negros e ondulados, desses que serviriam para dar laços em caixinhas de música com a tampa quebrada” (p. 16-17), “...Emanuel não diz nada, apenas ergue os olhos na direção dela, que percebe, pela primeira vez, quanto os olhos dele são azuis e mansos, de um azul bem escuro como o céu ou o mar e tão mansos quanto os pelos de um tigre que virou tapete.” (Sarmiento, 2017, p. 14).

A ambientação é minuciosa: além da arquitetura e da rotina dos campos reais, especialmente o de Azraq, na Jordânia, o autor contextualiza a situação sociopolítica da região e as rotas usuais de travessia. O cenário opressor é um grande assentamento onde famílias esperam pela chance do êxodo, fugindo da rotina de bombardeios e perseguições. O lugar é provisório, todos ficam à espera de um aval para sair em busca de terras melhores ou da oportunidade para fugir. Como conta-nos o narrador:

Dentro do campo as pessoas também esperam. Aguardam ansiosas as portas do mundo se abrirem para recebê-las. Além do calor e da fome, da constante falta de energia elétrica e do racionamento de água, todos têm medo, vivem nervosos, estão cansados. (Sarmiento, 2017, p. 20).

Somos apresentados, logo nas primeiras páginas, às condições precárias de habitação no campo de refugiados. “A vida por lá é muito difícil; ou as pessoas estão tristes, ou estão com fome, ou com medo (ou as três coisas juntas)” (Sarmiento, 2017, p. 9); “Os dois vivem em um campo de refugiados. É um lugar difícil para eles, para as outras crianças e também para os adultos, mas ninguém ali teve escolha.” (p. 11). Segundo Michel Agier (2006), a expressão *campo de refugiados* ocupa o cotidiano de todos os países desde o final dos anos 1990. Os campos não são somente locais de moradia para milhões de pessoas; eles se tornam um dos componentes principais da “sociedade global”, uma das formas de governo do mundo: uma maneira de administrar o indesejável (Agier, 2006). Sarmiento (2017) produz um dos poucos livros nacionais para jovens que tem tal descrição e é ambientado dentro do campo. *Dois meninos de Kakuma*, de Marie Ange Bordas, também se passa no campo, mas em Kakuma, um dos maiores do mundo. E é dentro dele que a autora cria uma narrativa ficcional sobre a vida real, com fotoilustrações da própria autora, que propõem que as imagens também sejam interlocutoras do leitor.

Outro cenário no livro de Sarmiento (2017) é a colina. Onde as crianças vão para soltar pipas, pela necessidade de cultivar um momento de diversão. Segundo Ariès (1981), as atividades lúdicas, por muito tempo, tiveram uma estreita relação com o fortalecimento das relações sociais. A brincadeira une as crianças do campo que tentam se distrair com as pipas que Emanuel fez. “Usou jornal, pedaços de lençol, varetas de bambu, cola, tinta e os fios de lã que conseguiu aqui e ali. Agora

as crianças se divertem...” (Sarmiento, 2017, p. 21). A construção de um ambiente de brincar e divertir criado pelas crianças é discutido por Benjamin (2012):

(...) as crianças são especialmente inclinadas a buscarem todo local de trabalho onde a atuação sobre as coisas se processa de maneira visível. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelos detritos (...) Nesses produtos residuais elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e somente para elas. (...) Com isso as crianças formam o seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande. (Benjamin, 2012, p.57-58)

O pequeno mundo de Emanuel inserido em um mundo grande cria espaços lúdicos, produtos residuais como jornal, pedaços de lençol transformam-se com suas mãos em pipas (Figura 4).

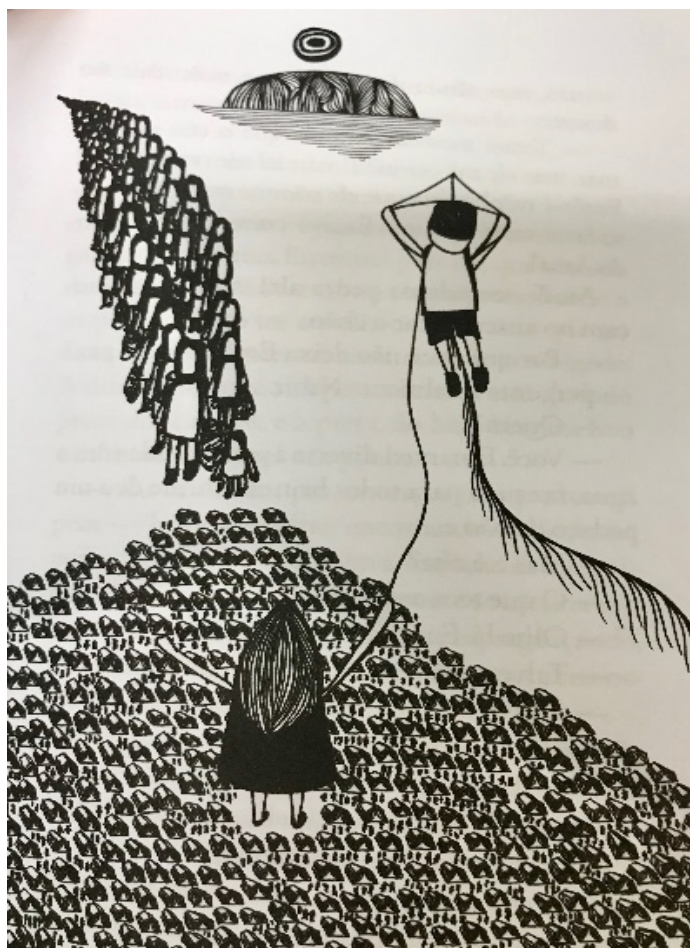


Figura 4 - Vista de cima da fila de refugiados

Mas as pipas trazem um problema e é pela entrada do velho Nair, que conta sobre o uso das pipas para fins de guerra pelos chineses, que Emanuel se dá conta

do perigo de usá-las naquele território. E uma brincadeira banal põe em risco e muda desafiadoramente o destino de muitos deles.

O livro ganha dinamismo e uma mudança na rotina: o breve desaparecimento de Amal, o interrogatório do pai de Emanuel pelos guardas e a dúvida se o episódio das pipas chegou ao conhecimento dos três guardas. Por conseguinte, a família de Emanuel ganha um ultimato: três dias para deixar o campo por colocarem em risco a segurança do lugar.

Há um senso de tragédia iminente, a fuga pelo mar e o afogamento de uma criança da embarcação de Emanuel faz lembrar tantos episódios da vida real. Sarmiento (2017) não deixa de explorar o fato de milhares de crianças morrerem durante a travessia:

Quando conseguiu avistar a praia lá longe, o pai do menino notou que o colete do filho está muito folgado e se ergueu para ajudá-lo. Foi quando uma onda que vinha quebrar na praia se aproximou. O condutor gritou. Então a onda causou um desequilíbrio e o bote virou (...) Emanuel viu. Desespero: o menino afundou e seu colete ficou boiando na superfície. (...) Os homens retiraram os coletes e mergulharam para tentar achar o menino. E foi o que Emanuel fez, sem parar para pensar que ele não sabia nadar, como provavelmente a outra criança também não (...) Emanuel não se recorda como se salvou. Da janela do abrigo, ele pensa com tristeza nas crianças que, como aquele menino do bote, não sobrevivem às diversas formas de intolerância. (Sarmiento, 2017, p. 111-113).

Ao abordar um tema denso, poderíamos esperar algo que enveredasse pelos caminhos de *Feras de lugar nenhum*, de Uzodinma Iweala, um romance que, também narrado pelo ponto de vista infantil, potencializa os horrores presenciados e promovidos pelo menino na guerra em sua aldeia. Vemos seres humanos sendo reduzidos a seus aspectos mais primitivos, tornando-se feras que promovem a violência e a morte. Mas em *O sol é o cometa que não deu certo* a narrativa é tratada com leveza. Leveza esta presente na escolha do vocabulário, que em nenhum momento banaliza o drama dos refugiados, mas que contrapõe a infância, sua poesia e sua imaginação, ao horror do mundo adulto, mostrando que a primeira, apesar de tudo, sairá triunfante.

Olhando para o céu e vendo a noite passar, ele também espera pelos amigos do campo enquanto sonha com um mundo melhor que este. Um mundo onde as crianças não precisem se preocupar

com nada além dos estudos e em crescer para se tornarem adultos melhores que seus pais. (Sarmiento, 2017, p. 113).

Sarmiento tem um propósito ficcional muito claro que é representar uma realidade dura e atual através dos olhos puros de um menino. Reforça um estereótipo de infância ingênua; Emanuel sabe das adversidades da guerra, mas prefere não se aprofundar na ideologia da questão, apresenta os problemas que enfrenta no campo de refugiados, mas informa seu leitor somente sobre isso, sobre o topo do problema, evitando chegar à raiz do problema. Sendo assim, lança mão de uma narrativa linear de onde emerge uma linguagem baseada na composição imagética e no uso de analogias para imprimir atração ao texto.

Colocado sempre como um personagem de bom coração, bem quisto por todos, Emanuel traz o lúdico para o campo de refugiados, usa da brincadeira para tentar distrair as pessoas. Com um comportamento cativante, mesmo em uma situação-limite da fome e do calor dos campos, faz do brincar uma atividade entre mundos; recuperando o contato com experiências lúdicas anteriores ao refúgio, ou sonhando com o que viverão depois. Nos relatos de Benjamin (2012) sobre o ato de brincar, a criança quer brincar e ressignificar o mundo para atender a seus propósitos. A reprodução da realidade transmite a impressão de que o mundo caótico se transplanta, assim, para dentro do jogo.

4.4 A menina que abraça o vento

A menina que abraça o vento (2017), escrito por Fernanda Paraguassu e ilustrado por Suryara Bernardi, publicado pela Editora Voozinho, conta a história da refugiada congolesa Mersene.

O livro começa apresentando as particularidades e as riquezas do Congo, devastadas pela guerra. O narrador em terceira pessoa conta apenas o que observa de acordo com seu ângulo de visão, não faz parte do mundo narrado. Falta-lhe, portanto, o conhecimento mais íntimo sobre os pensamentos, as emoções e a vida

dos personagens da narrativa. Segundo Davi Arrigucci (1998), a escolha do ponto de vista envolve diferentes aspectos:

A escolha da técnica, do ponto de vista, nunca é inocente. Escolher um ângulo de visão ou uma voz narrativa, ou um modo direto ou indireto, tem implicações de outra ordem, ou seja, toda técnica supõe uma visão do mundo, supõe dimensões outras, questões que são problemas do conhecimento epistemológicas, questões que podem ser também metafísicas (...) Escolher um ponto de vista é escolher um modo de transmitir valores. Isso demonstra que a técnica está articulada com a visão de mundo. Ela não é inocente e está articulada com todos os outros aspectos da narrativa, isto é, com os temas. (Arrigucci, 1998, p. 20).

A narrativa conta que, na tentativa de escapar daquela realidade, a mãe fugiu com Mersene e seus irmãos para o Brasil. Mas o pai ficou lá. Então a menina cria, inventa e apresenta uma brincadeira de abraçar o vento, que dá título ao livro. Na tentativa de se sentir mais próxima daqueles de quem sente saudade.

A República Democrática do Congo vive em guerra civil há quase duas décadas, com a participação de milícias e exércitos de países vizinhos. Os conflitos já deixaram cerca de seis milhões de mortos e desaparecidos. A história de Mersene foi inspirada em histórias reais de meninas congolesas refugiadas na cidade do Rio de Janeiro. A autora teve contato com algumas famílias refugiadas ao realizar um trabalho de pesquisa no centro de atendimento aos refugiados da PARES/Cáritas RJ⁹.

As ilustrações não criam um mundo à parte, apenas acompanham o texto escrito. Segundo Nicolajeva e Scott (2011), esse tipo de ilustração acaba deixando de fora o caráter ímpar dos livros ilustrados, de combinar e tencionar os dois níveis de comunicação: o visual e o verbal. Corroborando Lins (2002) acredita que:

(...) o texto escrito conta uma história recheada de imagens nas linhas e nas entrelinhas. A imagem complementa e enriquece esta história, a ponto de cada parte de uma imagem poder gerar

⁹ Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio pioneiro na assistência a refugiados que chegam à cidade do Rio de Janeiro. Desde 1976, a Arquidiocese do Rio de Janeiro iniciou o trabalho de assistência a refugiados que chegavam à cidade. Eles vinham de países vizinhos, fugindo da perseguição política exercida pelos regimes militares da época. Como o Brasil também estava sob governo militar, o Rio de Janeiro servia apenas como rota para que os refugiados chegassem à Europa. Foi quando o então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, decidiu instalar um serviço permanente de ajuda a refugiados, oferecendo abrigo e, com o apoio da ACNUR, buscando encontrar um terceiro país que pudesse protegê-los. O cardeal designou a Cáritas RJ para assumir essa tarefa em nome da Arquidiocese.

diversas histórias. O texto e a imagem juntos dão ao leitor o poder de criar na sua cabeça a única história que realmente interessa. A história dele. (Lins, 2002, p. 31).

No livro em questão, as imagens se limitam a reproduzir o texto escrito em outra linguagem, a visual.



Figura 5 - Apresentação da protagonista

Nikolajeva e Scott (2011) partem do princípio de que palavras e ilustrações atuam de maneira distinta na linguagem e em nossa percepção, mas que, no entanto, unem suas potencialidades no espaço do livro. Segundo as autoras, as palavras são convencionais, simbólicas e arbitrarias, pois não possuem qualquer semelhança com aquilo que significam. As ilustrações agem de forma contrária porque são icônicas. Quando bem combinadas em uma narrativa, as palavras impulsionam o leitor adiante na leitura, enquanto as ilustrações retardam seu olhar. Assim, as palavras direcionam o fluxo da leitura, fazendo o leitor avançar, enquanto as ilustrações representam um ponto de vista e detalhes do texto que demandam uma leitura mais lenta e cuidadosa.

Por outro lado, as ilustrações são muito ricas, com cores vivas, que remetem à bandeira do Congo. Como por exemplo, o amarelo do vestido de Mersene, “que brilha mais do que o sol”. As características físicas das personagens também são muito bem elaboradas, como suas “tranças coloridas no cabelo” (Paraguassu, 2017).

A menina foi obrigada a deixar suas raízes, e sente as marcas dessa travessia, apesar de aparentar ter se adaptado rapidamente ao novo país. Ela também sofre

grandes perdas. Ela abandona os vínculos com a escola, com os amigos, com a terra, e precisa reagir rápido para não sentir tanta saudade. Aprende o português e tem na memória suas línguas maternas. Talvez o uso de outra conjunção na frase da ilustração abaixo valorizasse mais a bagagem cultural que ela possui e o que está aprendendo, quando a narradora diz “Até já aprendeu a falar como a gente aqui do Brasil, mas fala com o erre puxado.” (Paraguassu, 2017). Dessa forma acabou enfatizando a diferença sem localizar a potência e a pluralidade do convívio com a diferença. O mesmo acontece quando ela diz qual seu nome em Lingala, uma das línguas faladas no Congo, “Kombo na ngai merrrrrsene!” [Eu me chamo Mersene.]. E a ilustração (Figura 5) com vários erres desenhados acentua o sotaque da menina.



Figura 6 - Representação do sotaque da protagonista

Quando o narrador heterodiegético descreve o que é ser um refugiado, acaba tornando a história menos lúdica e mais didática. A quantidade de texto, inclusive, aumenta nessas páginas, à diferença do que ocorre no restante do livro.

Tudo lá é tão valioso por lá que muita gente briga por causa dessas riquezas. Brigam tanto que as pessoas que moram ali precisam fugir pra não se machucar. E, por isso, têm que morar em outro lugar. Quem chega a outro país porque precisou fugir das brigas horríveis para se proteger é chamado refugiado. (Paraguassu, 2017, p. 14 e 15).

Ela explica que, além de ouro e diamante, o Congo também possui tântalo, usado na fabricação de celulares, tabletes e computadores. O tântalo é um metal, resistente à corrosão, que também é usado em aparelhos para surdez, próteses, implantes e soldas para turbinas, entre muitas outras coisas. Sua extração financia um dos maiores conflitos armados da África, reconhecido em 2001 pelo Conselho de Segurança da ONU, que confirmou a existência do vínculo entre a exploração ilegal dos recursos naturais e a continuação do conflito na República Democrática do Congo. A extração artesanal, sem nenhum controle de qualidade, comporta um regime trabalhista próximo da escravidão e um grande dano ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores, incluindo crianças, segundo o documentário de 2010 *Blood in the Mobile* [Sangue no celular], do diretor dinamarquês Frank Piasecki.

A narrativa é bastante adjetivada, “abraço quentinho”, “gargalhada esperta”, “tranças coloridas”, com diminutivos e qualidades que geralmente chamam a atenção das crianças. Mas algumas partes beiram o repetitivo, numa distância de seis páginas com ilustrações de página inteira, a expressão “briga horrível”, remetendo a guerra no Congo, aparece duas vezes. Quase não há diálogos, grande parte do texto é apresentada pelo narrador, isso pode tornar o texto um pouco menos atraente para o público infantil.

A travessia fica para trás, da janela do avião a protagonista e sua boneca observam as nuvens. O narrador é quem conta que a menina “correu nas ruas cheias de gente, subiu num barco e navegou no meio das ondas. Entrou num avião e viu as nuvens de perto. Viajou bastante até chegar ao Brasil” (Paraguassu, 2017). O leitor não tem acesso às imagens do deslocamento, como se a narrativa tentasse proteger os leitores.

Quando chega ao Brasil, a menina sente muita saudade da sua casa no Congo, mas ela sabe que não pode voltar agora. E o narrador explica: “Enquanto espera, Mersene trata de viver que nem as outras crianças daqui. Ela tem hora para estudar, hora para brincar, hora para dormir. De noite, na cama, Mersene sonha com um abraço quentinho” (Paraguassu, 2017). Ela tenta comparar a vida que tinha em seu antigo país assim como faz quando tenta ensinar o português para a mãe “Mersene até ensina a mãe dela a falar que nem a gente.” (Paraguassu, 2017).

Quando a saudade do pai aperta, ela inventa uma brincadeira para senti-lo mais perto: ela estica as pernas, fica na ponta dos pés e grita “olha quem tá chegando” (Paraguassu, 2017). Remetendo ao que faria para abraçar o pai e ao que

costumava escutar. Ela corre de braços abertos pela casa, toda animada, mas como o pai não está lá, abraça a si mesma. Isso já é o suficiente para que ela se sinta revigorada e invente outras mil brincadeiras.

Assim como *O cometa é o sol que não deu certo*, a brincadeira se faz presente nesta narrativa. Aqui não temos a confecção de um brinquedo, não há o retalho para criar um objeto, mas os resíduos que constituem esse processo foram construídos em seu passado, estabelecendo vínculos entre os elementos do seu universo atual.

Em entrevista ao site Itaú Cultural, a autora conta que morou fora do país – na Argentina e em Jerusalém –, vivenciando habitar um espaço onde se é o outro, o de fora. Foi essa a lembrança que recordou, anos depois, ao se inteirar do percentual de mulheres que entram no Rio de Janeiro só com os filhos, refugiadas de guerras e de demais extremos (Iaconis, 2019). No caso delas, é certo, a condição de sujeito alheio atinge uma dimensão cruel. No bairro do Maracanã, a jornalista passou a colher depoimentos dessas mulheres e, entre uma conversa e outra, prestava atenção aos filhos de suas entrevistadas, crianças que perambulavam pelo pátio, brincando. Direccionada ainda mais para o detalhe do entorno, flagrou uma menininha que, em meio a brincadeira infantil, tentava lidar com a falta que sentia de seu pai. Mas não foi apenas uma trajetória que inspirou Fernanda, a trama inventada resulta de um misto de histórias com as quais se deparou, além das percepções geradas no decorrer de sua pesquisa acadêmica.

Firme no intuito de construir um processo de identificação do leitor com Mersene, a autora evidencia o aspecto humano, tanto do enredo específico quanto do assunto maior, o refúgio. Cria uma personagem que fica feliz, triste, tem saudade, para despertar, no leitor, empatia sobre o tema em foco.

Um ponto que Parraguassu não aborda na história é o preconceito que Mersene pode sofrer, pois além de refugiada, é negra e africana. Para a maioria das pessoas que chegam da África em busca de refúgio no Brasil, a racialização da sociedade torna-se uma questão a enfrentar. Mais acostumados a diferenças étnicas, em vez daquelas estabelecidas pela cor da pele, os africanos costumam levar tempo para entender a influência que a pigmentação do corpo exerce nas relações sociais e nas estruturas da sociedade brasileira.

O livro também traz uma proposta social, a obra é parte do projeto “Um por Um”, da Editora Voo, que reverte 5% da receita de cada exemplar vendido ao PARES/Cáritas RJ. O movimento desse livro é diferente do apresentado no livro

Migrando, que recebeu incentivo financeiro na sua publicação. Esse reverte parte dos lucros para a causa dos refugiados. Sem estabelecer nenhum tipo de juízo de valor, o importante é que as duas obras estão ajudando – lúdica ou financeiramente – as crianças refugiadas.

A protagonista exercita sua voz de refugiada e mostra sua origem, o destino e, brevemente, a travessia. Ficamos mais próximos do país de origem, sua língua e sua cultura. A experiência que a autora teve com refugiados do Congo aqui no Brasil se faz clara, inclusive, na forma de narrar, como adulta e brasileira, diferenciando a vida aqui e lá. O final também fica aberto, pois o pai não vem para o Brasil e eles continuam separados.

4.5 Refugiados

Refugiados (2019), de Alan Gratz, publicado pela Galera Record, narra as histórias de três adolescentes que deixam suas casas com uma missão em comum: escapar. Josef é um judeu que tenta fugir com sua família da Alemanha nazista em 1938; Isabel e sua família, do regime de Fidel Castro nos anos 1990; e Mahmoud e sua família, da Síria devastada pela guerra em 2015. Sutilmente entrelaçadas, as histórias desses três jovens de nacionalidades e tempos históricos distintos são narradas simultaneamente, e conectadas pela busca por liberdade. Cada um atravessa uma paisagem governada por um ditador e deve equilibrar liberdade, família e responsabilidade.

O livro oferece em linguagem acessível a migração forçada, na qual o comportamento de adultos familiares muda de forma imprevisível, estranhos exploram as vulnerabilidades daqueles que estão em trânsito e as circunstâncias parecem motivadas por sorte aleatória.

As histórias dos personagens são apresentadas de maneira alternada, a cada capítulo seguimos as aventuras de um deles; em ordem cronológica, Josef, Isabel e Mahmoud. O livro é narrado em terceira pessoa, por meio de uma voz heterodiegética que transita entre as diferentes histórias, mantendo-se próxima de cada protagonista, dando a ver aquilo que os personagens conhecem:

Desde as Bahamas, alguma coisa afetou o pai de Isabel. Estava mais atencioso com *mami*. Mais concentrado nela do que em qualquer outra coisa. Ninguém mais notou, mas Isabel, sim. Ela o viu segurando a mão da mãe, observou-o afastando com cuidado os cabelos dela do rosto, ouviu-o sussurrando que a amava, que precisava dela. Coisas que Isabel nunca havia visto ele fazer ou ouvido ele dizer antes. (Gratz, 2019, p.158)

O mar aparece em todas as travessias. Percebemos desde a capa do livro: uma criança de costas navegando numa pequena embarcação em um mar revolto. Não chega a ser o retrato fiel de nenhum dos personagens – a embarcação de Josef é um grande navio, os cabelos de Isabel são descritos como encaracolados e Mahmoud atravessa em um bote de plástico que estoura ao entrar em contato com as pedras. O anonimato inscrito na imagem de capa confere abrangência e amplitude. À questão do refúgio. São muitos os personagens crianças que poderiam estar naquele barco à deriva no mar. Com a imagem carregada em sombra e com o título em vermelho e em letras garrafais, esse primeiro contato com a obra que a capa oferece já traduz o clima de tensão que compõe o livro. Sobre a importância dos elementos gráficos na produção de sentido, Monnerat pondera,

(...) a seleção de palavras, de imagens e de cores, bem como a combinação de todos esses aspectos na composição textual não é gratuita. Nasce de intenções, de propósitos comunicativos e (...) outros sistemas simbólicos, como imagens, cores, sons etc., que se articulam, como mecanismos de construção de significâncias. (Monnerat, 2011, p. 29).

Outro fator que entra na capa é a informação de “Best-seller do New York Times”. *Refugiados* é o único livro analisado nesta dissertação que traz essa menção ao sucesso de vendas em destaque. O livro foi publicado originalmente pela Scholastic, editora conhecida por seu catálogo destinado ao público jovem e focada no ambiente escolar. Como já mencionado, escola e mercado editorial infantojuvenil formam uma parceria desde sempre. Um livro como *Refugiados*, que aborda um assunto contemporâneo, que necessita ser discutido, surge como uma aposta mercadológica que se justifica por uma franca possibilidade de adoção em escolas. Para Ceccantini (1995), a literatura infantojuvenil já nasceu amparada pelo mercado, tornando-se muito marcada a dimensão de mercadoria do objeto. O livro infantojuvenil teria sido inserido no jogo das relações capitalistas desde a sua

origem, e teria na sua base o lucro como objetivo; com editoras sempre em busca de ampla circulação e altas tiragens.

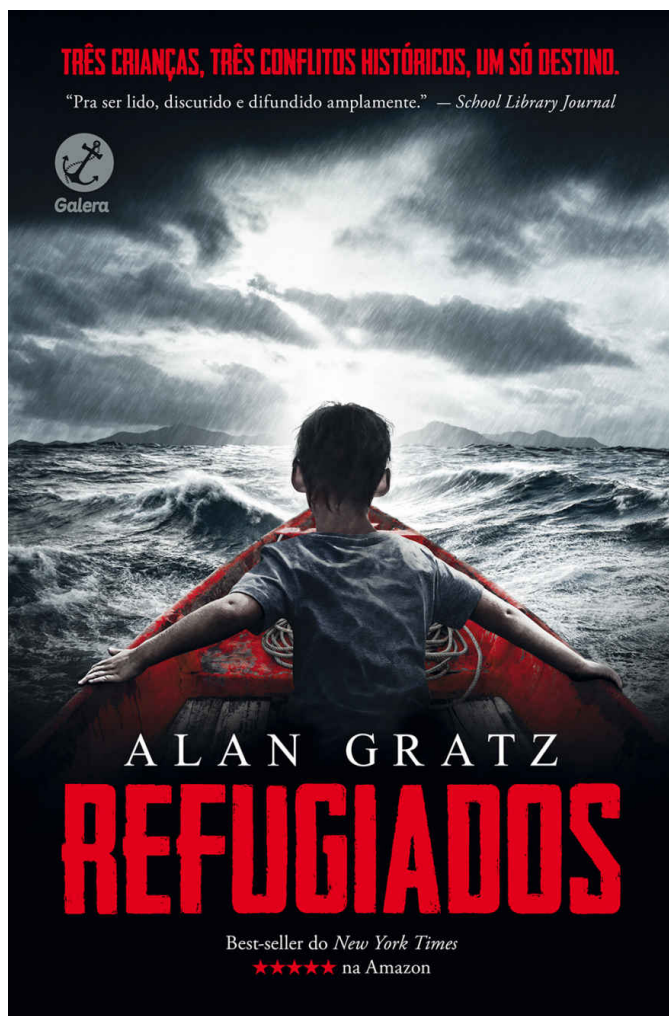


Figura 7 - Capa do livro

De frases diretas, com parágrafos e capítulos curtos, a narrativa assume um ritmo acelerado. “Iván estava morto. Isabel não conseguia compreender. Em um minuto estava vivo, falando com eles, rindo com eles, e no minuto seguinte estava morto. Sem vida.” (Gratz, 2019, p. 187); “O motorista estava inclinado sobre o banco traseiro, com uma pistola apontada diretamente para eles.” (Gratz, 2019, p. 197). Ao final de praticamente todos os capítulos, há o anúncio do clímax de uma nova aventura, fazendo com que o leitor acelere o ritmo da leitura para saber o que está por vir. Como em um folhetim, publicado de forma parcial e sequenciada, no romance de Gratz (2019) a profusão de eventos e ganchos são intencionalmente voltados para prender a atenção do leitor.

Na Berlim de 1938, a história de Josef começa na “Noite dos Cristais” – em nota, o tradutor explica do que se tratou¹⁰. Ali, ele testemunha a prisão de seu pai pelos nazistas. Depois de alguns dias, a família recebe um telegrama com a informação de que o pai estava sendo liberado do campo de concentração de Dachau com a condição de deixar a Alemanha. Josef e sua família são forçados a abandonar a vida que levavam, e a mãe compra passagens para todos embarcarem no *St. Louis*, rumo a Cuba. O pai retorna ainda catatônico pelos horrores do que presenciou, completamente fora de si, e passa assim todo o período da viagem.

Ao chegarem a Cuba, os passageiros não têm autorização para desembarcar. Desesperado com a possibilidade de voltar para a Alemanha nazista, o pai atira-se ao mar. Dado como louco, ele não pode voltar ao navio e fica preso em Cuba. Josef e o restante dos passageiros são conduzidos novamente a Europa. No caminho de volta, descobrem que o retorno não será para Alemanha – o capitão revela que está negociando para que a tripulação seja desembarcada na Bélgica, França e Inglaterra. A família de Josef é designada a desembarcar no segundo país. É lá que, pouco mais de um ano depois, as tropas de Hitler encontram-nos, levando Josef e a mãe para o campo de concentração. Salientando o que foi abordado no primeiro capítulo desta dissertação por Bhabha (2014, Luiselli (2017) e Berents (2018), mandar um refugiado de volta ao lugar de que ele está fugindo pode significar mandá-lo para a morte, pois as punições podem ser ainda piores.

Na Cuba faminta do ano de 1994, depois da perda das escassas relações comerciais, após a queda do Muro de Berlim, Isabel é mais uma garota de Havana em situação precária. Um dia, em uma fila diária de suprimentos, a fome se torna ultrajante e um protesto irrompe contra Castro, no qual o pai de Isabel é reconhecido e ameaçado. Ele não tem escolha a não ser deixar Cuba ilegalmente na mesma noite. Mas, para surpresa de todos, Fidel Castro suspende a proibição de deixar o país e toda a sua família decide embarcar rumo aos Estados Unidos. Sabendo que seu

¹⁰ No original não existe a nota de rodapé, pois o ensino do Holocausto nos Estados Unidos é bem difundido e a comunidade judaica tem uma grande representatividade. De acordo com *The World Factbook*, publicação da *Central Intelligence Agency*, o país possui uma das maiores comunidades judaicas do mundo. Nos EUA os feriados judaicos fazem parte do calendário geral e vários termos em hebraico e em iídiche são compartilhados pelos americanos, judeus ou não. No Brasil, o tradutor sentiu a necessidade de informar os leitores deste evento histórico, pois nossa realidade é bastante distinta. De acordo com a nota: “A Noite dos Cristais aconteceu entre os dias 9 e 10 de novembro de 1938, na Alemanha e na Áustria. Nesta noite, nazistas invadiram casas e quebraram lojas e estabelecimentos de propriedade dos judeus. O nome se deve às vitrines de lojas e janelas de residências que foram quebradas durante as horas de terror para a população judaica.”

vizinho Ivan e o pai estavam construindo um barco, Isabel corre para trocar seu trompete por gasolina, assim consegue garantir que ela, seu pai, sua mãe, prestes a dar à luz, e seu avô possam escapar com Ivan, seu pai, sua mãe, seu irmão mais velho e a namorada. O barco segue para *el norte* superlotado e com um motor que os deixa na mão diversas vezes. Depois de uma tempestade, são conduzidos erroneamente para Bahamas, onde as leis não permitem que entrem, o que aumenta ainda mais o tempo da travessia.

Isabel é uma protagonista cheia de coragem. Se joga no mar para salvar o pai de Ivan, se oferece para boiar quando concluem que o barco está pesado demais, é ela quem pede ajuda quando o barco chega às águas das Bahamas e quem clama por água e remédios aos turistas. Pode-se dizer que Isabel tem um misto de coragem e inocência infantil. Inocência por não saber que corria o risco de um ataque de tubarão, assim como aconteceu com Ivan. Sua conexão com a música faz que suas aparições sejam mais emotivas que as dos outros protagonistas. Como no trecho a seguir, em que o narrador heterodiegético, a partir de uma perspectiva interna, expressa a subjetividade da personagem:

Nunca foi capaz de contar a *clave*, mas sempre achava que acabaria conseguindo. Que o ritmo de sua terra natal um dia sussurraria segredos para sua alma. Mas agora ela ouviria? Como ao negociar seu trompete, tinha trocado a única coisa que era realmente dela – sua música – pela chance de manter sua família unida? (Gratz, 2019, p. 90).

O terceiro protagonista é Mahmoud, que vive na Síria, em 2015. A cidade sofre ataques dia após dia. Sua cidade está em guerra. Mas Mahmoud ainda vai para a escola, esquivando-se dos dois exércitos, do combate e das bombas. Ele aprendeu desde cedo que a melhor coisa para sobreviver é ser invisível – na escola já escapava de quem não tinha o mesmo posicionamento religioso que ele. Mas depois que uma bomba destrói seu prédio, ele e a família precisam fugir dali para sobreviver. Com duas mochilas que a mãe conseguiu pegar e com o dinheiro e celular nos bolsos, Mahmoud e a família tentam chegar à fronteira com a Turquia. Ao se darem conta da situação dos campos de refugiados e decididos a tentar uma vida digna na Alemanha, partem de barco rumo a Grécia.

Mahmoud traz grandes questionamentos sobre a situação atual dos refugiados. Com sua ação mais recente e com críticas mais inflamadas, Mahmoud

vive a indecisão entre o ser ou não invisível. Para Arizpe (2018), talvez este seja o fio mais importante que atravessa toda a narrativa: a questão da visibilidade e seu efeito não apenas nos refugiados, mas também naqueles que com eles cruzam, pessoalmente, na tela ou na página. Ele precisa ser notado para receber ajuda, mas, quando está atravessando alguma situação difícil, preferiria ser invisível para passar despercebido pelas pessoas que poderiam lhe fazer mal.

Eles só nos enxergam quando fazemos algo que não querem que façamos, percebeu Mahmoud. O pensamento atingiu-o como um raio. Quando ficavam onde deveriam estar – nas ruínas de Aleppo ou atrás das cercas de um campo de refugiados –, as pessoas podiam se esquecer deles. Mas quando os refugiados faziam algo que elas não queriam que fizessem – quando tentavam cruzar a fronteira para o seu país ou dormir nas escadarias de suas lojas, ou saltar na frente de seus carros, ou rezar no convés de suas balsas –, as pessoas não conseguiam mais ignorá-los (Gratz, 2019, p. 179, grifo do autor).

É muito sutil a questão do cuidado com os menores. Os três personagens têm irmãos mais novos e, de repente, encontram coragem e resistência para se tornar protetores dos mais novos, assumindo, assim, maior responsabilidade, apesar de também serem crianças. Isabel passa praticamente toda a travessia com o irmão na barriga da mãe, mas, no instante que ele nasce, é ela quem o segura, é ela quem o leva pela arrebentação para desembarcar nos EUA, protegendo-o e, ao mesmo tempo, não se achando merecedora. Mahmoud se preocupa com a falta de vitalidade do irmão, até compra um boneco das Tartarugas Ninja e tenta animá-lo. Josef está sempre pensando em Ruthie, em poupá-la dos surtos do pai, e como ápice se entrega aos nazistas quando eles dizem a mãe que ela só pode salvar um dos filhos.

Já o cuidado em retratar mães presentes ficou mais evidente. São mulheres que temporariamente precisam estar no comando da situação, suas ações precisam ser intensificadas nessa sociedade patriarcal à qual pertencem. As três personagens reforçam o quanto são pilares fundamentais dentro de suas famílias. A mãe de Josef desde o início precisa assumir a posição de liderança da família, é ela quem compra as passagens do *St Louis* rumo a Cuba. Depois que o pai se joga do navio, ela deixa-se abater pela culpa, mas logo retoma sua posição. A mãe de Isabel passa grande parte da trajetória quieta, mas ela une a família e, se ela diz que vai para os EUA, todos vão, é por ela e pelo bebê que carrega que o avô de Isabel resolve se entregar à Guarda Costeira e despistá-los para deixar que o barco da família consiga chegar

à terra firme. E a mãe de Mahmoud toma a decisão que nenhuma mãe gostaria de tomar: entrega a filha bebê para uma desconhecida, na esperança de que ela sobreviva. O livro de Sarmiento também debruça seu olhar para as mães, exatamente com a mesma cena:

As mães (sempre elas) erguem os filhos pequenos, suplicando que, pelo menos, os deixem entrar. Em seus braços, os meninos parecem voar, balançando os bracinhos que assim parecem asas quebradas. Elas só querem que eles possam viver, de preferência em um novo país, onde não temam ver seus futuros filhos morrerem antes delas. Isso aperta o peito de Emanuel. (Sarmiento, 2017, p.19).

A narrativa de Chiesa (2015) também traz a despedida com a mãe, e na de Paraguassu (2017) é a mãe quem acompanha a filha ao refúgio no Brasil. A única história que não integra a personagem materna é *Para onde vamos?*

A questão financeira nos faz pensar que esses três personagens, da obra de Gratz (2019), são privilegiados por conseguirem chegar tão longe. A família de Mahmoud leva consigo uma alta quantia em dinheiro. Quantia essa que precisou resistir ao naufrágio da barca e a diversas extorsões que enfrentaram no caminho. Sem contar com os câmbios de país para país e suas diferentes moedas. Isabel, mesmo na recessão do país, ainda tinha seu trompete e é graças a ele que consegue dois galões de gasolina para o barco da travessia. A família de Josef também teve dinheiro suficiente para embarcar no navio que os levaria a outro continente. Diferente da narrativa de Jairo Buitrago (2016), em que o pai precisa ficar em uma cidade, sair para trabalhar, deixar a filha com estranhos, para conseguir dinheiro e seguir a viagem.

A recepção também é um ponto a ser explorado na narrativa. Quando Isabel e sua família chegam às Bahamas, sua mãe precisa de aspirinas, por conta da febre. Todos estão com fome e com sede, e, ao pedir ajuda aos turistas, recebem mais suprimentos do que tinham ao saírem de Cuba. Quando Mahmoud pede carona e finalmente consegue, ou a forma como a passageira do bote tenta ajudar Mahmoud, pegando sua irmã mais nova, também pode ser considerado um ato solidário. A bebê poderia morrer afogada, ou não resistir a tanto tempo à deriva. Mas o que não quer dizer que a xenofobia não existiu no enredo do livro.

Gratz (2019) não minimiza os julgamentos que os refugiados enfrentam, como discriminação, traição e a morte. O autor também não se abstém de descrever os detalhes da tortura e outras violências, claramente tentando convencer os leitores de que, para essas crianças e famílias, a fuga era realmente o único caminho possível. O autor não deixa de apresentar um conteúdo sensível: Mahmaoud testemunha um homem sendo baleado na cabeça, os homens são descritos como sendo afogados de cabeça para baixo em barris na época do nazismo, bem como açoitados, enforcados e espancados, a cena da morte de Ivan pelas mordidas dos tubarões também é bastante realista: “Um dos furos perto da coxa esguichava sangue como uma mangueira de jardim, e Isabel observou o rosto de Iván empalidecer.” (Gratz, 2019, p. 174). O escritor faz uma alusão a imagens que costumamos ver na mídia, com descrição pormenorizada: “Um soldado o golpeou nas costas com o cassetete, e o pai de Mahmoud foi ao chão.(...) O guarda chutou-o nas costas, e outro soldado bateu nele várias vezes com o cassetete.” (Gratz, 2019, p.224). De acordo com Arizpe et al. (2018), as pesquisas mostram que a literatura infantil com imagens visuais e/ou mentais sobre a experiência dos refugiados aumenta a compreensão e a empatia entre os jovens leitores. Gratz torna seus personagens visíveis através da conjuração de imagens mentais fortes. Essa visibilidade pode aumentar a conscientização, mas não devemos pressupor que exista um fluxo contínuo entre imagem e ação, pois, como argumenta Sontag (2003), a respeito das fotografias de guerra:

Tais imagens não podem ser mais do que um convite a prestar atenção, a refletir, aprender, examinar as racionalizações do sofrimento em massa propostas pelos poderes constituídos. (...) Tudo isso com a compreensão de que a indignação moral, assim como a compaixão, não pode determinar um rumo para a ação. (Sontag, 2003, p. 97).

O desfecho do livro não traz um final feliz para todos. Como as histórias são intercaladas, percebemos que, na última sequência, o protagonismo de Josef é suprimido. A história alterna somente entre Isabel e Mahmoud. Quando chegamos ao final da história de Mahmoud, descobrimos que ele e sua família se hospedaram, na Alemanha, na casa da irmã de Josef, que conta que o irmão se entregou para deixá-la escapar dos nazistas.

Em entrevista ao *The Horn Book Magazine*, Gratz diz que, a princípio, planejava escrever apenas sobre refugiados da Segunda Guerra Mundial, mas, enquanto refletia sobre essa ideia, estava de férias na Flórida com a família, onde encontraram uma balsa de refugiados abandonada na praia. Então percebeu que precisava falar do agora. E Gratz continua: “Cada vez mais, os leitores do ensino médio estão escolhendo ler livros que abordam questões sociais porque as questões sociais chegaram a eles”, diz ele. “Eles têm refugiados e imigrantes como colegas de classe. Eles ouvem a retórica racista e intolerante dos líderes políticos na televisão e na internet. Os leitores do ensino médio estão moldando suas visões do mundo agora, porque o mundo os força a fazê-lo.” (Perry, 2017, texto eletrônico, tradução livre).

A proposta do livro parece bastante voltada para a leitura em escolas. Ao final da obra, temos três mapas, com o trajeto que cada criança percorreu. Logo em seguida, um paratexto explica as relações do autor com episódios reais que o influenciaram na escrita. Conta, por exemplo, que o caso do navio *St. Louis* realmente aconteceu e que Gratz se inspirou na foto de Omran Daqneesh, um garoto de Aleppo, de 5 anos. Na imagem, Omran está sentado, sozinho, na parte de trás de uma ambulância, depois de sobreviver a um ataque aéreo, os pés descalços, o rosto ensanguentado, o corpo coberto de terra e cinzas, ele não chora, não esboça nenhuma reação, parece em choque. Também inclui organizações que ajudam refugiados, reforçando o lembrete oportuno do romance sobre o terreno comum da humanidade e a necessidade de ações para com as pessoas deslocadas. Para Arizpe (2018), contudo, Gratz perdeu a chance de sugerir que os leitores possam se engajar em ações locais e diretas ou de apontar iniciativas que podem tomar em suas escolas e comunidades, o que pode ser tão simples quanto aprender a dizer “bem-vindo” em outros idiomas, apresentar cartazes em escolas ou apoiar refugiados ou migrantes locais.

Como o livro foi adotado em diversas escolas americanas e entrou em algumas listas de mais vendidos, há uma facilidade maior de encontrar resenhas em sites especializados para o público geral. No blog de resenhas literárias “*Simple living... with kids*”¹¹, o romance é classificado como politicamente tendencioso, tendo o intuito de influenciar sua audiência política e emocionalmente, resultando

¹¹ Pode ser acessado no endereço eletrônico: <<https://simplelivingwithkids.com/2018/08/26/alan-gratzs-refugee-review-should-your-kids-read-it/>>.

na manipulação de seu ponto de vista dos atuais tópicos políticos da Europa. Quando comenta sobre Mahmoud e sua família, aponta que decidiram se tornar criminosos quando se esconderam em um shopping abandonado e quando pagaram contrabandistas para levá-los a Lesbos e atravessá-los ilegalmente. A pessoa que escreve essas resenhas acredita que eles escolheram se envolver em um tumulto na fronteira húngara e escapar do centro de detenção na Áustria. Não há nenhuma empatia em reconhecer que os personagens estão em busca de uma vida digna. Isabel também não é colocada como refugiada porque a menina e sua família não temiam por suas vidas em Cuba, sob o jugo do regime de Castro. Eles não deixaram Cuba por estarem ameaçados de morte. Seu pai foi visto na revolta popular, e eles fugiram para evitar que ele fosse preso. Mas esquece que eles também fugiram da fome e o caso da fuga pode ser enquadrado como perseguição política. A argumentação também é tecida sem levar em conta o princípio que passa a ser fundamental na Convenção de 1951 – o Estatuto dos Refugiados –, o da territorialidade. A proteção fica aberta a qualquer pessoa que tenha cruzado uma fronteira internacional e demonstre perseguição. Desde que enquadradas nos princípios gerais estabelecidos no Artigo I da Convenção, como a perseguição política por origem nacional, por critérios étnico-religiosos, por pertencimento a grupo social etc.

O blog ainda elege quem seria realmente refugiado, Josef, pois: “Ele viveria em qualquer lugar, desde que estivesse longe dos nazistas” (Gratz, 2019, p. 226). Para Arizpe (2018), pode soar desproporcional traçar paralelos entre o Holocausto, os crimes de guerra de Bashar al-Assad e a ditadura de Fidel Castro. Do ponto de vista das crianças envolvidas, as perdas e perigos de que elas fogem são igualmente aterradores, seja na Alemanha nazista, na Síria contemporânea, ou na Cuba de Fidel. De certo ponto, a diferença entre as situações se reflete no final inesperado e angustiante da história de Josef. Ele é o único que morre no último capítulo da narrativa. Mahmoud e Isabel conseguem alcançar os respectivos refúgios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração infantil é um fenômeno contemporâneo significativo. Não é um fenômeno novo, tem uma história que remonta aos tempos antigos. Crianças sempre migraram com ou sem suas famílias, para buscar oportunidades ou aumentar sua segurança fora de seus países.

No que tange à questão da criança em situação de deslocamento forçado, os referenciais teóricos trazidos para diálogo nesta pesquisa referendam um ser vulnerável e que precisa de atenção. Pois as crianças migrantes enfrentam um desafio contínuo, uma vez que se encontram em uma posição de especial vulnerabilidade: o fato de serem migrantes e o de serem crianças. Em algo que parece como uma antítese entre duas identidades conflitantes, enquanto criança, garante-se a elas proteção internacional sob o princípio da proteção integral; e enquanto migrante, elas ficam sujeitas ao controle implícito do Estado.

Ícone da crise humanitária, a imagem de Alan Kurdi aparece nesta dissertação para discutir a imagem da criança como vulnerável e como objeto de atenção humanitária. Muitos vieram antes dele, e os registros de novos incidentes envolvendo refugiados não param de aumentar no mundo, mas são importantes, pois revelam não apenas os riscos de vida impostos às crianças refugiadas, bem como as condições de infância a que estão submetidas e a violação de seus direitos.

A investigação do tema da migração e de seus protagonistas na literatura para crianças e jovens está longe de se esgotar dada a quantidade de histórias que vêm sendo produzidas. Os livros trabalhados nesta dissertação tematizam a questão e revelam forte poder de empatia e esclarecimento sobre o tema, mesmo quando destinados as crianças menores.

Cada livro que compõe o *corpus* mostrou uma das faces da experiência de imigração. *Para onde vamos* enfatiza a vulnerabilidade da travessia, mesmo diante de todos problemas que cercam seu caminho, a protagonista segue com sua inocência. *Migrando* narra a incerteza da chegada, com o contraste das duas histórias mostrando que alguns povos receberam o acolhimento, e outros a repulsa. *O sol é um cometa que não deu certo* destaca a precária situação dos campos de refugiados, a incerteza da espera no olhar puro do menino. *A menina que abraçava o vento* aborda o momento da chegada em outro país. *Refugiados* e suas três

narrativas discutem a importância da visibilidade do refugiado. Não quer dizer que um livro não entre em contato com mais de uma faceta do refúgio, apenas que dá maior ênfase a determinado aspecto da questão.

A leitura desses textos me propiciou um enriquecimento tamanho, me colocando em contato com experiências de vida e culturas distintas. Promoveram, igualmente, a empatia em relação a experiências de vida difíceis, permitindo experimentar, através de perspectivas diferentes, realidades desconhecidas. Destinados a todos os tipos de leitores, dão voz a universos historicamente silenciados e marginalizados, recuperando perspectivas diferentes da realidade. Para os leitores migrantes e não migrantes, esses livros alargam as referências culturais, introduzem a temática da multiculturalidade, cruzam dimensões referenciais e ficcionais, colocando os destinatários em contato com diferentes experiências e narrativas de refúgio.

A predominância do ponto de vista de personagens crianças, expressando seus sentimentos, deixa o leitor mais próximo e íntimo dos personagens. A exceção de *Para onde vamos*, todas as histórias foram narradas na terceira pessoa. Talvez seja por isso que a história de Buitrago e Yockteng tenha me instigado desde a primeira vez que a li. Sua focalização na primeira pessoa do discurso, carregada de impressões pessoais e características emocionais da personagem. Coloca o leitor lado-a-lado com a pequena narradora. Durante a narrativa, vão descobrindo as coisas juntos.

Outra observação é que nenhum dos autores do *corpus* é refugiado. A aproximação da temática se dá por empatia, um modo de se relacionar, de ser solidário. O imaginário que a situação de refúgio gera – diante de um sobrevivente, alguém que teve um impulso de vida contra uma injustiça cruel sofrida em seu próprio país – faz com que esses autores e ilustradores se inspirem e criem narrativas que possam ajudar a conhecer essa realidade. Para que quem leia se encontre, se identifique, se sensibilize com suas trajetórias e dificuldades. Em convergência com o pensamento de Reyes (2012), penso que, embora ler literatura não transforme o mundo, pode fazê-lo ao menos mais habitável, pois contribui para que se abram novas portas para a sensibilidade e para o entendimento de nós mesmos e dos outros.

No contexto analisado, os enquadramentos propostos nos fazem refletir sobre seus potenciais efeitos de recepção, sobre que tipo de atenção e consideração

produzem a partir de seus textos e ilustrações. As ilustrações dos personagens dos cinco livros – aqui incluo *Refugiados*, apesar de não ser ilustrado, mas por ter sido discutida a imagem de capa – buscaram ser mais brandas do que os textos que as descreviam.

As reflexões suscitadas aqui me inquietaram positivamente e me fizeram ver o quanto a literatura tem função humanizadora. Função de conectar, incomodar, fazer refletir, incitar e também trazer esperança e confortar. E o quanto a minha profissão de editora de livros para crianças e jovens pode contribuir para que esses leitores tenham novas perspectivas a partir da leitura. Trabalhar num espaço de produção cultural, em que posso produzir projetos capazes de motivar reflexão, de humanizar, ainda mais voltados para esse público em específico é muito gratificante. Saber que uma história que passou primeiro pelas minhas mãos vai chegar em tantos lares, escolas e bibliotecas e que pode transformar ou marcar a vida de um leitor me instiga a seguir adiante. Assim como o trecho de Lygia Bojunga que eu trouxe na introdução desta dissertação, para mim livro também é vida; e desde que eu era muito pequena os livros me deram “casa”, serviram de abrigo e morada. E hoje não construo tijolos, como ela, mas sinto que de certa forma são minhas mãos que os colocam no forno, auxiliando no seu preparo.

E de uma forma muito intensa, essa pesquisa me ensinou a ressignificar a questão dos refugiados, me fez questionar e ser mais criteriosa sobre tudo que leio, me causou um despertar capaz de afetar minhas leituras no âmbito profissional e pessoal. Sinto-me satisfeita com os caminhos que o trabalho tomou. Mas sigo ciente de que é preciso dar continuidade a pesquisas que enfrentem a necessidade de tratar de todos os assuntos, mesmo os mais difíceis, com as crianças.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1999.
- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. In: **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.
- ARIZPE, Evelyn. Refugee. By Alan Gratz. In: **Migration Studies**, v. 8, n. 1, p. 131–133, mar., 2018. Disponível em: <<https://academic.oup.com/migration/article-abstract/8/1/131/4939533>>. Acesso em: 28 ago. 2019. Doi 10.1093/migration/mny007.
- ARRIGUCCI JR, Davi. Teoria da Narrativa: Posições do Narrador. In: **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 31, n. 57, p. 09-43, 1998.
- ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**: ensaio de preliminares para a sua história e suas fontes. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Obras completas. v. 1. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2012.
- _____. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2009.
- BERENTS, Helen. Apprehending the “Telegenic Dead”: Considering Images of Dead Children in Global Politics. In: **International Political Sociology**. Queensland University of Technology, 2018.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2009.
- BHABHA, Jacqueline. **Child migration & human rights in a global age**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2014.
- BOJUNGA, Lygia. Livro – Um encontro. Rio de Janeiro: Casa de Lygia Bojunga, 2007).
- BRANDÃO, Claudia Leite. Programa Nacional Biblioteca da Escola: mudança, permanência e extinção. In: **Anais do XIII Congresso Nacional de Educação**. 2013. p. 18.816-18.828.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**. Tradução Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.
- CANTINHO, Isabel. Crianças-Migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. In: **“O Social em Questão”**. Revista do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio - a 21, n. 41 - maio-ago, 2018.
- CECCANTINI, João Luis C. Literatura infanto-juvenil, leitura e universidade: relações perigosas. In: **Miscelânea**: Revista de Literatura e Vida Social, v. 2, 1995. Disponível em: <<http://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/812/791>>. Acesso em: 20 maio 2020.
- COELHO, Nelly Novaes. **Panorama Histórico da Literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Ática, 1991.
- COLOMER, Teresa; FITTIPALDI, Martina (Coord.). **La literatura que acoge**: inmigración y lectura de álbumes. Caracas: Banco del Libro, 2012.

- COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?**. Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- DERRIDA, Jacques. *Cosmopolites de Tous les Pays, encore un effort!* Paris: Galilée, 1997.
- _____; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. Tradução de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.
- HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- IACONIS, Heloísa. Fernanda Paraguassu aborda a questão dos refugiados a partir do olhar de uma criança. **Itaú Cultural**, São Paulo, nov. 2019. Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/fernanda-paraguassu-aborda-a-questao-dos-refugiados-a-partir-do-olhar-de-uma-crianca>>. Acesso em: 15 maio de 2020.
- LAJOLO, Marisa. **Livros, leitura e literatura em oito anotações**. In: FAILLA, Zoara. (Org.). *Retratos da leitura no Brasil 3*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró- Livro, 2012. p. 163-181.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. **Literatura Infantil Brasileira: História & Histórias**. São Paulo: Ática, 1991.
- LINS, Guto. **Livro infantil?** Projeto gráfico, metodologia, subjetividade. São Paulo: Rosari, 2002.
- LUISELLI, Valeria. **Tell Me How It Ends: An Essay in 40 Questions**. Minneapolis (EUA): Coffee House Press, 2017.
- MACÉ, Marielle. *Siderar, considerar: migrantes, formas de vida*. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018.
- MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **Crianças desacompanhadas na América Latina**: reflexões iniciais sobre a situação na América Central. RIDH. Bauru, v. 5, n. 1, p. 77-96, jan./ jun., 2017.
- MONNERAT, Rosane Santos M. A dimensão cognitiva/social da linguagem em capas de revistas brasileiras. In: **Revista Diadorim** - Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 10, dez., 2011. Disponível em: <<http://www.revistadiadorim.letras.uff.br>>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- NEL, Philip. Migration, Refugees, and Diaspora in Children's Literature In: **Children's Literature Association Quarterly**, v. 43, n. 4, p. 357 – 362. Marilândia (EUA): Johns Hopkins University Press, 2018. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/710412/pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019. Doi 10.1353/chq.2018.0043.
- NIKOLAJEVA, Maria; SCOTT, Carole. **Livro ilustrado: palavras e imagens**. Tradução Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- PERRY, Russell. Review of Refugee. **The Horn Book**, Boston, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.hbook.com/?detailStory=review-of-refugee>>. Acesso em: 10 maio de 2020.
- PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. Tradução de Celina Olga de Souza. São Paulo: 34, 2013.
- _____. **A arte de ler: ou como resistir à adversidade**. Tradução de Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: 34, 2009.
- _____. **Os jovens e a leitura**. Uma nova perspectiva. Tradução de Celina Olga de Souza. São Paulo: 34, 2008.

- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução de Ivone C. Bendetti. São Paulo: WMF: Martins Fontes, 2012.
- REYES, Yolanda. **Ler e brincar, tecer e cantar**: Literatura, escrita e educação. Tradução de Rodrigo Petronio. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.
- RODRIGUES, Maria Fernanda, Cristiane. 'A vida é dura para as crianças também'. **Estadão**, São Paulo, out. 2017. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,livros-contam-o-drama-dos-refugiados-para-criancas-e-adolescentes,70001936384>>. Acesso em: maio de 2020.
- SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- TONUS, José Leonardo. Migrantes e refugiados: à (a) espera de uma narrativa?. In **Revista Letras de Hoje**, v. 53, n. 4, Porto Alegre, out./dez., 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/33009/17766>>. Acesso em: 12 set. 2019. Doi /10.15448/1984-7726.2018.4.33009
- TURCHI, Maria Zaira. Tendências atuais da literatura infantil brasileira. In: **XI Congresso Internacional da ABRALIC**. Tessituras, Interações, Convergências, jul., 2008.
- WEBER, Douglas Luís. **Deslocamentos Internacionais, Educação e Saúde Global**: Os discursos biopolíticos que produzem o sujeito migrante. 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.
- ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1987.
- YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. **Leitura e leituras da literatura infantil**. São Paulo: FTD, 1988.

Sites Consultados

- ACNUR/UNHCR. Children on the Run: Unaccompanied Children Leaving Central America And Mexico And The Need For International Protection. **UNHCR**, Washigton (EUA), 2014. Disponível em: <http://www.unhcrwashington.org/sites/default/files/1_UAC_Children%20on%20the%20Run_Full%20Report.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. Global trends forced displacement in 2015. **UNHCR**, Genebra (Suíça), jun. 2016a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/576408cd7.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. United Nations Refugee Agency. Initial Assessment Report: Protection Risks for Women and Girls in the European Refugee and Migrant Crisis. **UNHCR**, Genebra (Suíça), 2016b. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/569f8f419.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. States Parties to the 1951 Convention relating to the Status of Refugees and the 1967 Protocol. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b73b0d63.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- AMNESTY. Children's fiction. **Amnesty**, Londres, s/d. Disponível em: <<https://www.amnesty.org.uk/childrens-fiction-books-human-rights-children-teaching>>. Acesso em: 9 maio de 2020.
- OIM. Glossário sobre migração. **OIM**, Genebra (Suiça), 2009. Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Global migration trends factsheet, 2016. OIM, Berlim (Alemanha), 2015. Disponível em:

<https://publications.iom.int/system/files/global_migration_trends_2015_factsheet.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

ONU. Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Série Tratados da ONU, n. 2545, v. 189, p. 137. ONU, Genebra (Suíça), 1951.

Disponível em:

<http://www.pucsp.br/IIIseminariocatedrasvm/documentos/convencao_de_1951_relativa_ao_estatuto_dos_refugiados.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. ONU, Genebra (Suíça), 2004 Disponível em:

<https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

UNICEF. Convenção dos Direitos da Criança (1989). Unicef, Angola, 2018.

Disponível em:

<<https://www.unicef.org/angola/media/966/file/Convencao%20sobre%20os%20Direitos%20da%20Crianca.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. Uprooted: The growing crisis for refugee and migrant children. Unicef, Nova Iorque, 2016. Disponível em:

<http://www.unicef.org/publications/index_92710.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SIMPLE LIVING...WITH KIDS. Alan Gratz's "Refugee" review – should your kids read it?. **SIMPLE LIVING...WITH KIDS**, s/l, ago. 2018. Disponível em: <<https://simplelivingwithkids.com/2018/08/26/alan-gratzs-refugee-review-should-your-kids-read-it/>>. Acesso em: 9 maio de 2020.

Obras ficcionais

BORDAS, Marie Ange. **Dois meninos de Kakuma**. São Paulo: Pulo do Gato, 2018.

BUITRAGO, Jairo. **A caminho de casa**. Ilustração de Rafael Yockteng. Tradução de Fabio Weintraub. São Paulo: Pulo do Gato, 2015.

_____. **Eloísa e os bichos**. Ilustração de Rafael Yockteng. Tradução de Marcia Leite. São Paulo: Pulo do Gato, 2015.

_____. **Emiliano**. Ilustração de Rafael Yockteng. Tradução de Dolores Prades. São Paulo: Livros da Matriz, 2013.

_____. **Para onde vamos?** Ilustração de Rafael Yockteng. Tradução de Marcia Leite. São Paulo: Pulo do Gato, 2015.

CHIESA, Mariana. **Migrando**. São Paulo: Editora 34.

GRATZ, Alan. **Refugiados**. Tradução de Petê Rissati. Rio de Janeiro: Record, 2019.

IWEALA, Uzodinma. **Feras de lugar nenhum**. Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 2015.

LOBATO, Monteiro. **A chave do tamanho**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PARAGUASSU, Fernanda. **A menina que abraça o vento**. Ilustração de Suryara Bernardi. Belo Horizonte: Voozinho, 2017.

SARMENTO, Tadeu. **O sol é um cometa que não deu certo**. Ilustração de Apo Fousek. São Paulo: SM, 2018.

TAN, Shaun. **A chegada**. São Paulo: SM, 2011.